

Publicação da Secretaria de Política Agrícola
do Ministério da Agricultura e Pecuária,
editada pela Embrapa

e-ISSN 2317-224X
ISSN 1413-4969
Página da revista: www.embrapa.br/rpa

Artigo

Trump 2.0

Re(configurações) do comércio internacional

Resumo – O objetivo deste artigo foi discutir o cenário geoeconômico pós-eleição de Donald Trump, em 2025, examinando o crescimento do protecionismo, as repercussões para a segurança alimentar e os impactos nas cadeias globais de valor, sobretudo no agronegócio e nos setores associados ao processo de transição energética. A análise aborda o aumento de tarifas e possíveis retaliações, evidenciando como essas práticas podem afetar preços, realocar fluxos comerciais e intensificar tensões diplomáticas. Avalia-se também a postura dos EUA em relação aos compromissos climáticos e às políticas ambientais, bem como o retrocesso na promoção de energias limpas. O texto explora, também, a posição do Brasil diante desses movimentos e as implicações para sua inserção comercial e estratégia climática. Por fim, aponta-se que, apesar do avanço do protecionismo, existem movimentos de adaptação e cooperação que podem atenuar riscos macroeconômicos e assegurar a estabilidade no fornecimento de alimentos.

Palavras-chave: agronegócio, Brasil, guerra comercial, transição energética.

Trump 2.0: re(configurations) of international trade

Abstract – The objective of this paper is to examine the geoeconomic landscape following the 2025 election of Donald Trump, focusing on the expansion of protectionism, its repercussions for food security, and its impacts on global value chains, particularly within agribusiness and sectors associated with the energy transition process. The analysis addresses the increase in tariffs and potential retaliatory measures, demonstrating how such practices may influence prices, redirect trade flows, and intensify diplomatic tensions. It also evaluates the U.S. stance regarding climate commitments and environmental policies, as well as the

Michelle Márcia Viana Martins ✉ 
Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Economia,
Viçosa, MG, Brasil
E-mail: michellemartinsufv@gmail.com
✉ Autor correspondente

Marcelo José Braga Nonnenberg 
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada,
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
E-mail: marcelo.nonnenberg@ipea.gov.br

Recebido
10/3/2025

Aceito
11/4/2025

Como citar
MARTINS, M.M.V.; NONNENBERG, M.J.B. Trump 2.0:
re(configurações) do comércio internacional. **Revista de
Política Agrícola**, v.34, e02041, 2025. DOI: <https://doi.org/10.35977/2317-224X.rpa2025.v34.02041>.



Este é um artigo publicado em acesso aberto sob a
licença Creative Commons Attribution 4.0 International.

regression in the promotion of clean energy. Furthermore, the paper explores Brazil's position in response to these developments and the implications for its commercial integration and climate strategy. Finally, it suggests that, despite the rise of protectionism, adaptive and cooperative initiatives exist that can mitigate macroeconomic risks and secure stability in the food supply.

Keywords: agribusiness, Brazil, trade war, energy transition.

Introdução

A intensificação das disputas comerciais, a busca por novas rotas mercantis e a constante competição por áreas de influência têm marcado as relações internacionais. Esse fenômeno está associado à geoeconomia, conceito que se refere ao uso de instrumentos econômicos para promover e defender interesses nacionais. Enquanto a geopolítica se concentra no enfoque territorial e na forma como o poder é exercido sobre o espaço físico e os recursos naturais, a geoeconomia considera como as ações econômicas de outros países podem influenciar os resultados geopolíticos favoráveis (Blackwill & Harris, 2016).

A geoeconomia é compreendida no escopo da "reglobalização", conceito utilizado pela Organização Mundial do Comércio (WTO, 2023), e da "fragmentação geoeconômica", conforme empregado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) (Aiyar et al., 2023). Em todos os casos, ela reflete os interesses geopolíticos a partir de recursos econômicos, como medidas comerciais, tecnológicas e financeiras, para moldar a ordem internacional conforme os objetivos estratégicos dos países (Brown, 2024; Ai et al., 2025; Baka, 2025; Marey, 2025). Ainda não há consenso na literatura sobre a existência de um processo de desglobalização ou se esse fenômeno é mais complexo e demanda uma análise mais aprofundada. De todo modo, a confluência entre dimensões econômicas e geopolíticas tem motivado reflexões sobre as estratégias adotadas pelas nações.

Nesse contexto, os EUA e a China emergem como os principais protagonistas. A UE, a Rússia e, em menor escala, outras economias emergentes, a exemplo dos países do Brics Ampliado, também exercem influência na dinâmica global, ao utilizarem instrumentos geoeconômicos como estratégia de poder sobre os fluxos comerciais e produtivos (Ai et al., 2025). Desde a crise econômica de 2008,

essa dinâmica tem assumido contornos mais acentuados. Episódios mais recentes, como a pandemia de Covid-19 e a guerra entre Rússia e Ucrânia, aprofundaram o uso de políticas protecionistas e renegociações de acordos comerciais, como formas de os países fortalecerem sua hegemonia econômica e mitigar vulnerabilidades estratégicas.

A administração de Donald Trump, nos EUA, exemplifica o uso de instrumentos geoeconômicos para apoiar a política "America First"¹. Durante seu primeiro mandato (2017–2021), a imposição de tarifas e barreiras comerciais contra a China foi um dos pilares da política externa de Trump. Já no seu segundo mandato, iniciado em janeiro de 2025, Trump tem feito anúncios de elevação de tarifas como instrumento para atingir objetivos econômicos declarados, como fortalecer a indústria norte-americana, e geopolíticos, como o aumento e o fortalecimento de sua esfera de interesses.

O aumento das tarifas tem sido proposto, sobretudo, para aliados próximos, como México e Canadá, além da implementação de restrições comerciais contra a China (Marey, 2025; Pereira & Gilio, 2025). Essas medidas vêm sendo alteradas quase diariamente, o que torna incerta a evolução dessa estratégia. No entanto, as possíveis repercussões econômicas já estão em debate, uma vez que as incertezas geradas pelos discursos do presidente intensificaram a apreensão em relação à implementação das medidas anunciadas.

A simples sinalização de novas tarifas tem desencadeado reações nos mercados, afetando expectativas, provocando oscilações de preços e antecipando decisões estratégicas, mesmo antes da concretização dos atos. Em um ambiente de polarização ideológica, as declarações de Trump sobre suas intenções geoeconômicas são suficientes para acirrar tensões, gerar preocupações inflacionárias e repercutir nos mercados de câmbio e de capitais, como já evidenciado pela queda dos índices

¹ "(Estados Unidos da) América em primeiro lugar".

futuros de Wall Street e pela valorização de diversas moedas diante do dólar (Sorkin et al., 2025; It's not over..., 2025).

Essa escalada de tensões não afeta só os setores industriais e de alta tecnologia, mas incide também sobre commodities agrícolas e bens voltados à transição energética. Sob o primeiro mandato de Trump, o agro foi alvo de tarifas, subsídios e pressões externas. A crescente demanda por segurança alimentar e a dependência de recursos naturais tornaram o setor particularmente sensível às negociações comerciais, sendo agora afetado por conflitos tarifários entre Canadá, China, México e EUA (Bekamp & Wu, 2025). Isso mostra que o protecionismo e as retaliações não se limitam aos setores tradicionais, como o de manufaturas, que parece ser o objetivo principal, mas afetam também cadeias produtivas que ganharam destaque nos últimos anos, como as de bens farmacêuticos, semicondutores, fertilizantes, combustíveis (Poon, 2024) e os mercados globais de alimentos, afetando preços e a disponibilidade de insumos (Bekamp & Wu, 2025).

O resultado pode ser uma reconfiguração das cadeias globais de produção (Guillén & Torres, 2025), inclusive de produtos que contribuem para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Apesar de o debate multilateral ter avançado em compromissos sobre o clima, a administração Trump demonstrou ceticismo em relação à ciência climática e reduziu regulações ambientais internas, representando um recuo nos esforços para conter as emissões de gases do efeito estufa (GEE) (Anderson, 2022; Sivin, 2025). No primeiro mandato, Trump retirou os EUA do Acordo de Paris. Em sua segunda administração, não apenas reafirmou essa decisão, mas também retirou o país de todos os tratados climáticos no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Além disso, priorizou princípios como eficiência econômica, prosperidade nacional, preferência do consumidor e contenção fiscal, em detrimento de iniciativas ambientais (Estados Unidos, 2025f).

A partir desse cenário, os EUA podem impor tarifas adicionais sobre metais estratégicos, além de ferro, aço e alumínio, conflitando com a crescente demanda global por minerais críticos para a produção de baterias e tecnologias verdes (UNCTAD, 2024). Isso enfraquece a posição norte-americana nesse segmento energético, reduzindo seu *soft power* nessa agenda e aproximando o país de um isolamento estratégico, uma vez que seu ceticismo

climático diverge da abordagem de nações comprometidas com a aceleração da transição verde. Além disso, esse contexto amplia as incertezas no mercado global de commodities agrícolas, já que eventos climáticos extremos afetam a produtividade do setor agropecuário, com impactos que vão além dos EUA e repercutem em todo o comércio internacional de alimentos (Elkind, 2025; Estados Unidos, 2025f).

Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa foi analisar, sob o cenário político pós-eleição de Trump para seu segundo mandato, a evolução da geoeconomia sob intensificação do protecionismo e explorar as consequências das restrições comerciais sobre o comércio, em especial para cadeias alimentares e para a transição energética. Destaca-se como a sobreposição de interesses políticos, inclusive de natureza ideológica, molda as disputas comerciais e de que modo as declarações do presidente norte-americano podem impactar a estabilidade geopolítica no curto e no longo prazos. Este texto sugere que os desafios para sistemas produtivos sustentáveis e a diversificação de mercados podem se tornar novas prioridades, dado o cenário internacional volátil.

Geoeconomia e disputas comerciais: fundamentos e dinâmicas de competição

A globalização, anteriormente marcada por um processo contínuo de liberalização, tem passado por um redirecionamento desde a crise de 2008, com o fortalecimento de instrumentos de defesa comercial e a maior presença de discursos protecionistas nas negociações entre as grandes potências (Ai et al., 2025; Reidy, 2025; Glass, 2025). O segundo mandato de Trump tem intensificado discussões sobre esse tema. O atual presidente dos EUA cumpriu, em março de 2025, a proposta de impor tarifas de 25% sobre as importações do Canadá e do México, e uma taxa de 20% sobre a China (Estados Unidos, 2025e). É importante que fique claro que essas decisões podem ser instáveis e alteradas a qualquer momento.

De todo modo, é sob essa conjuntura que o conceito de geoeconomia se fortalece. Enquanto a geopolítica tradicional enfoca estratégias militares, territoriais e de segurança, a geoeconomia considera recursos econômicos, como políticas comerciais

seletivas (tarifas e subsídios), sanções e práticas de *nearshoring* ou *onshoring*², que reconfiguram as cadeias produtivas tendo em vista aliados estratégicos (Crowe & Rawdanowicz, 2023; Baka, 2025). Isso tem afetado diretamente o comércio. Segundo o Banco Mundial, em 2020 as cadeias globais de valor responderam por menos de 50% do comércio internacional, queda expressiva em relação aos 80% registrados em 2013, refletindo uma desaceleração que vem ocorrendo desde 2008 (World Bank, 2020).

Entre os principais fatores que explicam essa retração, estão o baixo crescimento econômico, especialmente no setor de investimentos; incertezas quanto ao acesso a mercados, o que dificulta a execução de planos de expansão; aumento dos custos de transporte e logística; implementação limitada de reformas voltadas à melhoria da regulamentação do comércio global; e a crescente adoção de medidas protecionistas (World Bank, 2020).

Somam-se, a esses fatores, a intensificação de conflitos internacionais e corridas tecnológicas. O aumento do número de guerras em diferentes regiões do globo tem levado à imposição de sanções econômicas, como exemplificado pelo conflito entre Rússia e Ucrânia. Além disso, a exacerbação da guerra comercial e tecnológica entre os EUA e a

China tem resultado numa profunda dissociação do comércio entre os dois países, afetando fortemente as cadeias globais dependentes da aquisição de insumos ou bens de capital de ambas as nações (Egan & Clarke, 2023; Guillén & Torres, 2025).

Dados do Global Trade Alert (2025) confirmam o aumento de iniciativas restritivas em comparação com as de liberalização, refletindo a priorização dos interesses nacionais (Figura 1). Há também a formação de blocos específicos. No contexto da guerra entre Rússia e Ucrânia, por exemplo, as sanções impostas à Rússia pelas economias do Ocidente aproximou o país da China no contexto das exportações de petróleo e gás, refletindo uma “desglobalização seletiva” (Crowe & Rawdanowicz, 2023). Ao mesmo tempo, o grupo Brics se expandiu³, incorporando novos membros, e busca ampliar sua influência em setores estratégicos, como o de combustíveis fósseis (Trivedy & Khatun, 2023).

As restrições comerciais ocorrem em uma dinâmica global marcada pela existência de dois grandes polos de poder: de um lado, os EUA e os países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), que estão tentando manter e recompor a velha ordem global estabelecida em Bretton Woods⁴; de outro, China, Rússia e outros países que

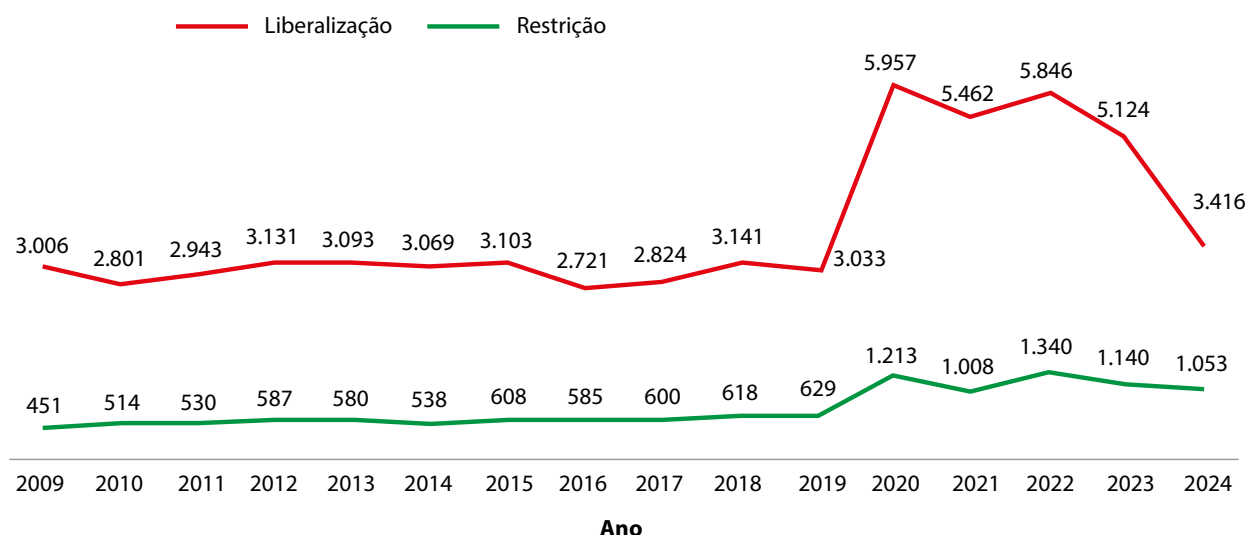


Figura 1. Iniciativas de liberalização e restrição ao comércio, entre 2009 e 2024.

Fonte: elaborado com dados de Global Trade Alert (2025).

² Em oposição ao processo de *outsourcing* (terceirização) que marcou o apogeu das cadeias globais de valor, o *nearshoring* consiste em transferir operações para países próximos, reduzindo custos de transporte e facilitando a comunicação. *Onshoring* refere-se à realocação dessas atividades para o próprio país, visando maior controle e incentivo à economia local.

³ Arábia Saudita, Emirados Árabes, Irã, Etiópia, Egito e Indonésia.

⁴ O Acordo de Bretton Woods, assinado em 1944, estabeleceu a estrutura financeira do pós-guerra, consolidando o dólar como principal moeda de referência internacional e criando instituições como o FMI e o Banco Mundial. Esse sistema proporcionou estabilidade monetária e favoreceu a hegemonia dos EUA, mas entrou em colapso na década de 1970 com a suspensão da conversibilidade do dólar em ouro e a adoção de taxas de câmbio flutuantes.

aspiram ao estabelecimento de uma nova ordem multipolar e novas alianças econômicas e militares. Nesse cenário, muitas economias emergentes e países do Sul Global, como os Brics, adotam posturas mais autônomas e pragmáticas, buscando consolidar uma nova ordem mundial. Esse realinhamento geoeconômico tem reflexos diretos nas políticas comerciais, intensificando disputas entre as grandes potências (Guillén & Torres, 2025).

Os EUA e a China encontram-se no epicentro dos polos de poder. Até 2008, a economia norte-americana mantinha uma posição dominante em termos econômicos e militares, respaldada pelo dólar, como moeda-chave do sistema internacional, e por instituições financeiras multilaterais que consolidavam sua influência. No entanto, a crise financeira de 2008 evidenciou fragilidades estruturais e acelerou a ascensão da China como potência econômica global. A rápida expansão chinesa, impulsionada por sua inserção nas cadeias produtivas globais e pelo investimento em infraestruturas estratégicas, resultou no aumento da influência do país sobre o comércio internacional (Guillén & Torres, 2025).

Até 1970, os EUA incentivaram a integração da China à economia global para conter a União Soviética. A partir de 2005, políticas protecionistas começaram a surgir a partir do governo estadunidense, intensificando-se sob os governos de Obama, Trump e Biden (Guillén & Torres, 2025). Entre 2017 e 2018, os EUA iniciaram uma escalada de medidas restritivas, justificadas pela necessidade de proteger indústrias domésticas, reverter déficits comerciais e reforçar a segurança nacional (Aiyar et al., 2023; Estados Unidos, 2025a).

Nesses anos, as tarifas justificadas pela Seção 232 do Trade Expansion Act⁵ (Lei de Expansão do Comércio) atingiram, além de parceiros tradicionais, como Canadá e México, a China, considerada o principal foco do desequilíbrio comercial americano (Avi-Yonah & Narotzki, 2024; Glass, 2025). Na mesma ocasião, o uso da Seção 301 do U.S. Trade Act⁶ (Lei de Comércio dos EUA, mencionada com

maior intensidade a partir de julho de 2018) resultou em efeitos comerciais negativos em mais de US\$ 360 bilhões em produtos chineses (Anderson, 2022; S&P Global, 2025).

Em 2025, um documento assinado por Trump, em seu primeiro dia do novo governo, fornece uma pista sobre a direção da política comercial a ser seguida pelos próximos anos. No memorando *America First Trade Policy* (Política Comercial América em primeiro lugar) (Estados Unidos, 2025a), dirigido a nove autoridades governamentais, como os secretários do Tesouro, do Comércio e do Estado, o presidente solicita que sejam investigadas:

Seção (2) (...) as causas dos grandes e persistentes déficits comerciais anuais de bens do nosso país, bem como as implicações e riscos econômicos e de segurança nacional resultantes de tais déficits, e recomendará medidas apropriadas, como uma tarifa suplementar global ou outras políticas, para remediar tais déficits. (Estados Unidos, 2025a, tradução nossa)⁷.

Ou seja, o déficit comercial é entendido como um problema a ser resolvido, pois afeta a segurança nacional. Para isso, medidas como o aumento de tarifas, a revisão de acordos comerciais, a aplicação de medidas compensatórias e anti-dumping devem ser tomadas, inclusive uma revisão de todo o comércio com a China. Deverá também ser criado um novo órgão, denominado *External Revenue Service* (Serviço de Receita Externa), responsável pela arrecadação das tarifas. Portanto, fica claro que as medidas tomadas nas primeiras semanas de governo serão complementadas por outras, até que o déficit comercial seja bastante reduzido ou eliminado.

Tal objetivo é particularmente desafiador, pois o déficit comercial e o saldo em conta corrente refletem uma demanda doméstica que supera a capacidade de produção interna. Logo, isso implicaria, no curto prazo, reduzir essa demanda, algo que, diante da rigidez da oferta, acarretaria uma recessão.

⁵ Autoriza o presidente dos EUA a impor restrições comerciais, como tarifas e cotas, quando investigações do Departamento de Comércio indicam que importações específicas representam uma ameaça à segurança nacional do país. Foi amplamente utilizada durante a administração Trump para sobretaxar o aço e o alumínio de diversos países.

⁶ Permite que o governo dos EUA imponha medidas de retaliação comercial contra países que adotem práticas consideradas injustas ou discriminatórias. Essa seção foi aplicada contra a China em 2018, resultando na imposição de tarifas sobre centenas de bilhões de dólares em produtos chineses, como parte da guerra comercial entre os dois países.

⁷ Sec. 2. (...) *the causes of our country's large and persistent annual trade deficits in goods, as well as the economic and national security implications and risks resulting from such deficits, and recommend appropriate measures, such as a global supplemental tariff or other policies, to remedy such deficits*" (Estados Unidos, 2025a).

As posições dos EUA e da China no cenário geoeconômico mostram que as restrições comerciais de ambos ocorrem por motivações distintas. Trump visa reequilibrar déficits e pressionar políticas internas de seus parceiros, enquanto a China se protege, ao retaliar, focando principalmente na segurança tecnológica. Nos dois casos, a aplicação de tarifas extrapola a dimensão comercial e assume caráter de poder (Guillén & Torres, 2025). Essa política, seguida de retaliações dos parceiros, afeta as cadeias globais de fornecimento, elevando custos para produtores e consumidores e rearranjando fluxos de comércio (Crowe & Rawdanowicz, 2023; Bekamp & Wu, 2025).

Embora os EUA e a China sejam os principais atores nas disputas geoeconômicas atuais, as medidas de restrição não se limitam aos dois países. Outras nações também contribuem para o contexto geoeconômico de restrições comerciais (Tabelas 1 e 2).

Os mapas da Figura 2 mostram as economias com maior participação em iniciativas de liberalização e restrição comercial. No âmbito das medidas de liberalização, a Austrália se destaca com 1.001 iniciativas (5,9% do total de 25.868), seguida por Índia (1.124, 4,3%), Brasil (1.046, 4,0%) e Rússia (765, 3,0%). Em contrapartida, os países que mais implementaram medidas restritivas foram os EUA, com 10.685 restrições (12,3% do total de 86.859), China (7.827, 9,0%), Brasil (7.578, 8,7%) e Alemanha (3.311, 3,8%). Entre os mais beneficiados por medidas de liberalização, a China lidera com 6.250 medidas (2,7% do total de 229.522), seguida por EUA (5.683, 2,5%), Alemanha (5.269, 2,3%) e Itália (4.896, 2,1%). Já entre os mais afetados por restrições, estão a Alemanha, com 18.205 medidas (2,2% do total de 836.390), seguida por França (17.462, 2,1%), Itália (17.418, 2,1%) e Reino Unido (16.571, 2,0%).

Medidas comerciais e impactos geoeconômicos na indústria

No campo industrial, diferentes governos implementaram tarifas unilaterais e ações de retaliação sobre manufaturas de maior valor agregado e setores estratégicos para a segurança nacional (Mihaylov & Sitek, 2021; Munhoz, 2025). Em 2018, os EUA ampliaram essas sobretaxas para as importações de aço e alumínio, com o objetivo de conter

importações chinesas e reequilibrar a balança comercial (Aiyar et al., 2023; Mason, 2025).

Entre 2018 e 2021, tal política elevou os preços domésticos desses metais, em média, em 2,4% ao ano. Apesar de ser um valor baixo, isso afetou as cadeias produtivas de setores como o automotivo e o de eletrodomésticos, que repassaram parte dos custos ao consumidor (Johanson et al., 2023; Glass, 2025). Como consequência, houve queda na demanda interna e redução do volume de produção em alguns segmentos industriais.

No setor automotivo, estimou-se a perda de 1,7 milhão de veículos na produção norte-americana desde 2021, com cortes ou suspensões de cerca de 750 mil trabalhadores. Na cadeia de autopeças, os preços dos componentes importados da China subiram 24,5%, resultando em queda de 50,1% no volume importado (Johanson et al., 2023).

Mesmo com certo estímulo à produção doméstica de aço e alumínio, quando os EUA exibiram um incremento médio de 1,9% ao ano na produção siderúrgica local, foram observados efeitos negativos sobre outras indústrias. Em um balanço geral, a política tarifária estadunidense não foi eficaz em melhorar as condições de produção e trabalho no país e ampliar a competitividade da indústria nacional. Para 2025, foi comunicada a implementação de tarifas de 25% sobre as importações do Canadá e do México, e de 10% sobre as importações da China (Estados Unidos, 2025e). Mas Donald Trump admite que essa medida pode ter um efeito ambíguo no setor automobilístico. Ao mesmo tempo em que as tarifas incentivam a produção siderúrgica doméstica, elas podem prejudicar a cadeia de suprimentos da indústria automotiva, que depende de componentes e matérias-primas do Canadá e do México (Estados Unidos, 2025b).

A imposição de tarifas também deverá impactar a produção de energia nos setores industriais, incluindo oleodutos, turbinas eólicas e painéis solares, por causa da previsão de aumento nos custos de materiais metálicos (Mason, 2025). Além disso, espera-se redução no valor de mercado das empresas automobilísticas e de defesa dos EUA, reflexo do aumento dos custos de produção (Klomp, 2025).

Embora as tarifas propostas inicialmente pelo governo Trump possam elevar as receitas fiscais federais em aproximadamente US\$ 1,2 trilhão entre 2025 e 2034, um aumento médio de impostos de mais de US\$ 830 por domicílio em 2025,

Tabela 1. Medidas de liberalização e restrição emitidas por EUA, China e o resto do mundo, entre 2009 e janeiro de 2025.

Ano	Liberalização							Restrição						
	China		EUA		Resto do mundo		Total	China		EUA		Resto do mundo		Total
	Qtd.	% do total	Qtd.	% do total	Qtd.	% do total	Qtd.	Qtd.	% do total	Qtd.	% do total	Qtd.	% do total	Qtd.
2009	44	3,0	9	0,6	1.403	96,4	1.456	166	3,8	564	12,9	3.634	83,3	4.364
2010	34	2,1	12	0,7	1.558	97,1	1.604	200	4,7	755	17,8	3.292	77,5	4.247
2011	37	2,6	15	1,1	1.375	96,4	1.427	268	6,0	605	13,6	3.560	80,3	4.433
2012	35	1,8	12	0,6	1.894	97,6	1.941	320	6,9	660	14,3	3.638	78,8	4.618
2013	35	2,2	22	1,4	1.543	96,4	1.600	351	7,6	504	10,9	3.758	81,5	4.613
2014	40	2,1	30	1,6	1.835	96,3	1.905	405	8,7	557	12,0	3.684	79,3	4.646
2015	42	2,6	56	3,4	1.544	94,0	1.642	462	10,5	450	10,2	3.509	79,4	4.421
2016	44	2,7	57	3,5	1.512	93,7	1.613	523	12,0	352	8,1	3.488	79,9	4.363
2017	36	2,1	43	2,5	1.649	95,4	1.728	462	9,6	315	6,5	4.058	83,9	4.835
2018	61	3,9	48	3,0	1.469	93,1	1.578	562	12,8	480	10,9	3.360	76,3	4.402
2019	45	5,2	50	5,8	774	89,1	869	601	14,6	414	10,0	3.113	75,4	4.128
2020	44	2,6	56	3,3	1.598	94,1	1.698	692	9,2	1.518	20,1	5.324	70,7	7.534
2021	21	1,4	39	2,7	1.408	95,9	1.468	722	10,2	1.071	15,1	5.313	74,8	7.106
2022	29	1,5	30	1,5	1.906	97,0	1.965	884	10,2	930	10,8	6.829	79,0	8.643
2023	32	2,2	15	1,0	1.413	96,8	1.460	899	11,8	748	9,8	5.962	78,4	7.609
2024	39	2,4	25	1,6	1.548	96,0	1.612	276	4,3	720	11,2	5.435	84,5	6.431
2025 ⁽¹⁾	8	2,6	4	1,3	290	96,0	302	34	7,3	42	9,0	390	83,7	466
Total	626	2,4	523	2,0	24.872	95,6	26.021	7.834	8,9	10.774	12,3	68.973	78,8	87.581

Nota: células com tons de azul representam menos medidas; em tons de vermelho, mais medidas; quanto maior a intensidade das cores, maior a quantidade; ⁽¹⁾ janeiro de 2025.

Fonte: elaborado com dados de Global Trade Alert (2025).

Tabela 2. Medidas de liberalização e restrição que afetaram os EUA, a China e o resto do mundo, entre 2009 e janeiro de 2025.

Ano	Liberalização							Restrição						
	China		EUA		Resto do mundo		Total	China		EUA		Resto do mundo		Total
	Qtd.	% do total	Qtd.	% do total	Qtd.	% do total	Qtd.	Qtd.	% do total	Qtd.	% do total	Qtd.	% do total	Qtd.
2009	192	2,1	166	1,8	8.769	96,1	9.127	779	2,2	586	1,6	34.458	96,2	35.823
2010	205	2,6	149	1,9	7.449	95,5	7.803	854	2,7	542	1,7	29.884	95,5	31.280
2011	233	2,2	194	1,8	10.137	96,0	10.564	738	2,0	601	1,7	34.727	96,3	36.066
2012	253	2,3	224	2,0	10.735	95,7	11.212	763	2,0	671	1,8	36.268	96,2	37.702
2013	260	2,5	214	2,1	9.900	95,4	10.374	812	2,1	736	1,9	37.533	96,0	39.081
2014	234	2,3	209	2,1	9.690	95,6	10.133	818	1,4	749	1,3	57.684	97,4	59.251
2015	286	2,0	238	1,7	13.794	96,3	14.318	949	2,2	1024	2,4	41.092	95,4	43.065
2016	265	2,3	240	2,1	11.115	95,7	11.620	821	2,1	929	2,4	37.274	95,5	39.024
2017	279	2,4	254	2,2	10.954	95,4	11.487	774	1,7	916	2,0	44.720	96,4	46.410
2018	279	2,4	294	2,5	11.040	95,1	11.613	860	1,6	947	1,8	51.882	96,6	53.689
2019	321	3,0	299	2,7	10.254	94,3	10.874	736	1,0	1.057	1,4	74.928	97,7	76.721
2020	732	3,2	692	3,0	21.389	93,8	22.813	1.210	1,6	1.500	1,9	74.803	96,5	77.513
2021	585	3,5	565	3,4	15.708	93,2	16.858	1.324	1,5	1.432	1,6	87.822	97,0	90.578
2022	805	2,9	786	2,9	25.974	94,2	27.565	1.709	2,1	1.590	1,9	79.149	96,0	82.448
2023	708	3,1	622	2,7	21.566	94,2	22.896	1.481	2,7	1.541	2,8	51.710	94,5	54.732
2024	611	3,0	535	2,6	19.058	94,3	20.204	1.215	51,5	818	34,7	327	13,9	2.360
2025 ⁽¹⁾	2	3,3	2	3,3	57	93,4	61	14	3,3	20	4,7	390	92,0	424
Total	6.250	2,7	5.683	2,5	21.8353	94,8	230319	15980	1,9	15718	1,9	805264	95,8	840.471

Nota: células com tons de azul representam menos medidas; em tons de vermelho, mais medidas; quanto maior a intensidade das cores, maior a quantidade; ⁽¹⁾ janeiro de 2025.

Fonte: elaborado com dados de Global Trade Alert (2025).

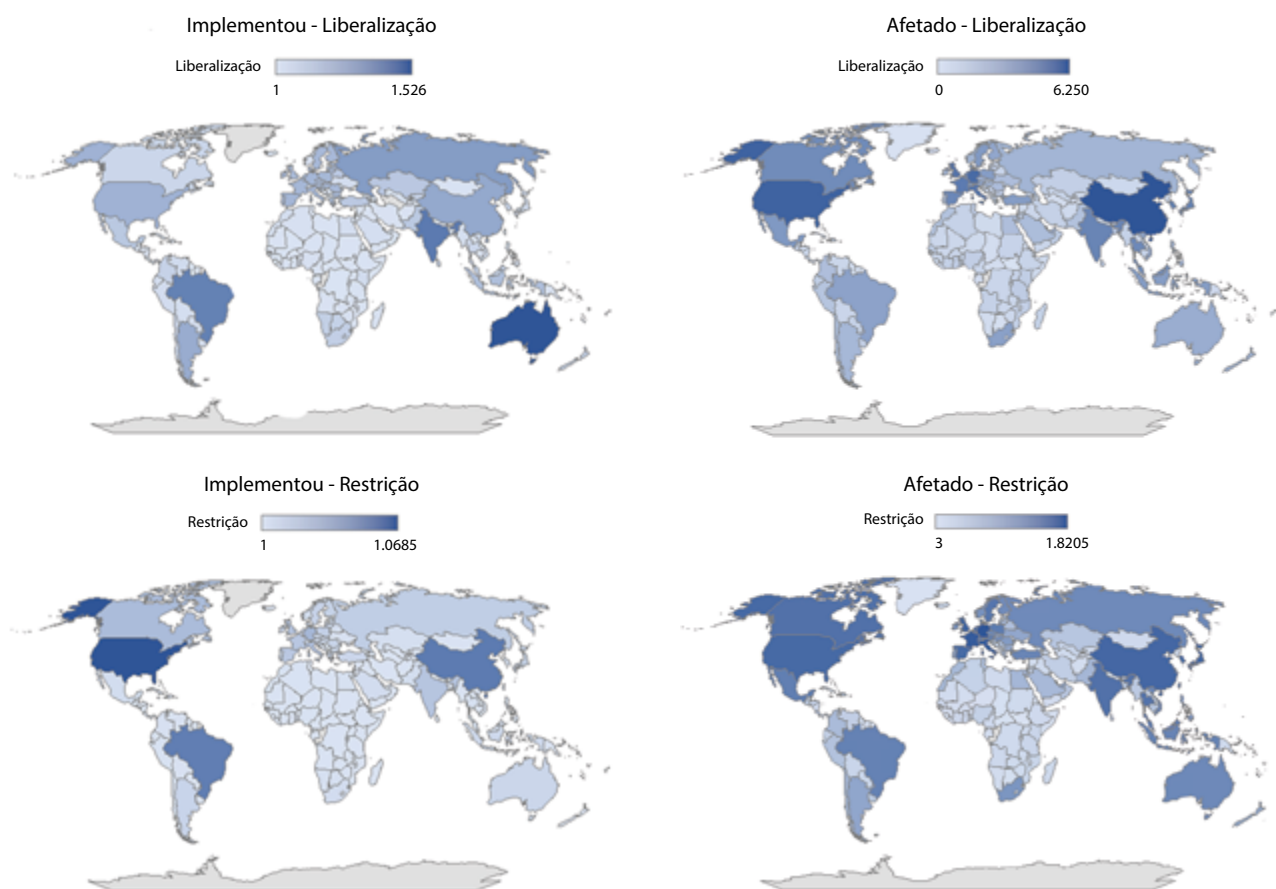


Figura 2. Medidas de restrição e liberalização, entre 2009 e janeiro de 2025.

Nota: cores mais escuras representam maior intensidade de restrição.

Fonte: elaborado com dados de Global Trade Alert (2025).

estima-se que sua implementação resulte na perda de cerca de 344 mil empregos equivalentes em tempo integral. As indústrias mais afetadas serão aquelas dependentes de produtos importados, por causa do aumento dos custos produtivos (York & Duarte, 2025).

Essas são estimativas bem preliminares, pois ainda não se sabe de quanto serão os aumentos das tarifas, nem para quais países. Todavia, em termos globais, a guerra comercial de 2025 tem o potencial de reduzir o Produto Interno Bruto (PIB) mundial em 0,5%, e o comércio internacional em 3,4% em 2030 (Bouët et al., 2025). Além disso, o encarecimento de insumos metálicos pressiona toda a cadeia global, pois diversos países buscam rotas comerciais que reduzem a dependência de fornecedores tarifados.

Entre 2018 e 2021, empresas dos EUA transferiram parte de sua produção manufatureira para fora da China, beneficiando países como México e

Vietnã. No entanto, essa realocação não eliminou a dependência norte-americana da produção chinesa, especialmente em setores estratégicos. No segmento de semicondutores, por exemplo, as tarifas impostas pelos EUA reduziram em 72% as importações desses itens da China, mas resultaram em escassez e instabilidade nas cadeias de suprimentos do setor eletrônico no mercado norte-americano (Johanson et al., 2023).

Para 2025, é esperado que haja nova realocação dos fluxos comerciais. É estimado que as exportações da China para os EUA caiam 80,5%, enquanto as exportações dos EUA para a China recuem 58,0%. Além disso, é esperado uma alta expressiva nos déficits comerciais de muitos países em relação à China (Bouët et al., 2025).

Em termos setoriais, as previsões mostram que as tarifas do governo Trump poderiam ampliar, nos EUA, as atividades industriais ligadas ao setor de

metais, como ocorreu em 2018. Têxteis, eletrônicos (celulares, computadores e televisores), químicos, borrachas e plásticos, veículos e produtos óticos também podem experimentar uma ampliação em sua produção doméstica. Contudo, estima-se que haverá queda na atividade agrícola estadunidense (Bouët et al., 2025; Vanzetti, 2025). De modo geral, os setores beneficiados nos EUA seriam os mais prejudicados na China, revertendo os padrões tradicionais das vantagens comparativas globais.

Num cenário mais amplo, o impacto sobre outros países vai depender de as tarifas serem impostas bilateralmente contra a China ou, universalmente, contra todos os países. Tarifas bilaterais têm um impacto limitado no comércio, bem-estar e salários reais, porque ambos os países podem obter importações de fontes alternativas e, da mesma forma, exportar para outros destinos. Mas não há espaço para desvio de comércio se os EUA impuserem aumentos de tarifas universalmente.

Se as tarifas universais forem aplicadas, a economia norte-americana tende a ser a mais impactada, pois a redução da importação de bens estrangeiros levaria ao aumento da demanda por produtos domésticos (Bouët et al., 2025). No entanto, os efeitos dependerão da capacidade produtiva dos EUA em atender a essa demanda a preços competitivos. O cenário mais provável é a alta da inflação. Além disso, as empresas nacionais podem não se beneficiar, já que o aumento das taxas de câmbio e a queda das exportações podem neutralizar possíveis ganhos. A proposta de tarifas recíprocas é ainda mais difícil de avaliar, mas, certamente, traria impactos negativos expressivos sobre o comércio.

Estudos já projetam cenários considerando a crescente preocupação dos EUA com o avanço da inteligência artificial chinesa, exemplificada recentemente pelo DeepSeek. No entanto, o ritmo acelerado do setor torna essa dinâmica volátil, pois outras empresas podem lançar modelos mais avançados constantemente (Oxford Analytica, 2025). Segundo Egan & Clarke (2023), a estratégia dos EUA contra a China se concentra na esfera tecnológica, envolvendo semicondutores, tecnologias de informação e sistemas de inteligência artificial. Para restringir a presença chinesa nesses segmentos, o governo norte-americano pode recorrer a instrumentos geoeconômicos, além das tarifas, como direitos de propriedade, padrões regulatórios, acordos estratégicos e disputas tecnológicas, que são frequentemente interpretadas como formas de

guerra comercial, cujos impactos vão além dos conflitos tarifários tradicionais (Aiyar et al., 2023; S&P Global, 2025).

Efeitos sobre os bens agrícolas

As tarifas sobre o aço e o alumínio resultam em um “efeito dominó” no comércio global, desencadeando uma sucessão de retaliações que extrapolam os setores inicialmente afetados. Esse fenômeno foi observado quando as tarifas dos EUA, que atingiram diretamente os produtos chineses do setor industrial, afetaram outros setores de diversos países. As contramedidas chinesas a produtos norte-americanos, como soja e carne suína (Pereira & Gilio, 2025; S&P Global, 2025), levaram a desdobramentos sobre o comércio agrícola.

Para reduzir sua vulnerabilidade comercial, a China investiu na diversificação de fornecedores de alimentos e rotas comerciais, que fortaleceram o comércio agrícola a partir da Ásia, África e América Latina (Wang et al., 2025). As Figuras 3 e 4 mostram que houve alteração nos fluxos comerciais a partir de 2018. Enquanto o mercado americano perdeu participação na China, Brasil e Argentina avançaram em suas exportações, sobretudo no fornecimento de soja.

Esse panorama revela um “choque de escala” (Blessley & Mudambi, 2022), que ocorre quando grandes quantidades de produtos, antes destinadas a certos mercados, são realocadas para outros. A perda de acesso ao mercado chinês ocasionou esse choque ao levar os produtores de soja dos EUA a direcionarem excedentes para outros mercados ou até a armazená-los internamente. Esse excedente pressionou a logística local, gerou custos de estocagem e, em certa medida, precisou ser absorvido por programas de segurança alimentar, o que sobrecarregou organizações de distribuição (Blessley & Mudambi, 2022).

Além disso, as disputas tarifárias também podem desencadear um “choque de escopo”, quando sanções ou barreiras comerciais modificam repentinamente os fluxos globais de produtos. Isso se manifesta quando itens anteriormente pouco comercializados em escala internacional passam a ocupar grande volume nos fluxos de comércio, exigindo adaptações rápidas em termos de processamento, transporte e normatização sanitária.

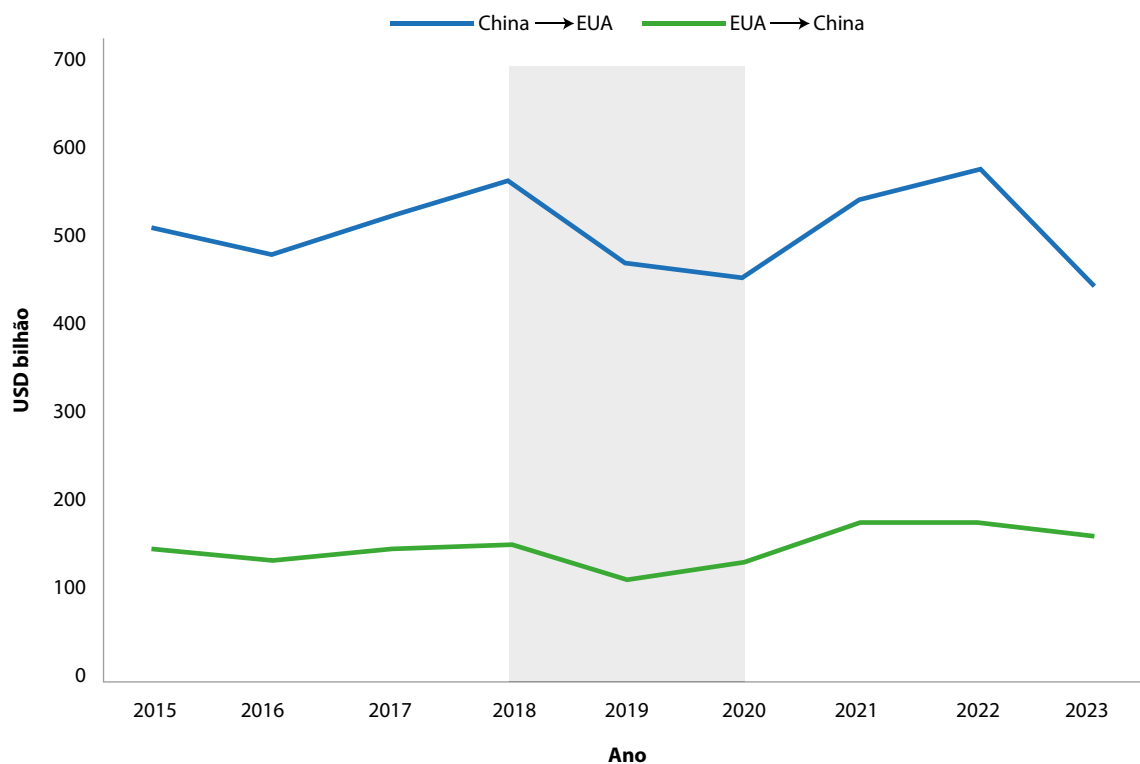


Figura 3. Comércio total entre EUA e China, entre 2015 e 2023.

Nota: a área hachurada representada o período da guerra comercial sino-americana.

Fonte: elaborado com dados de WITS (2025).

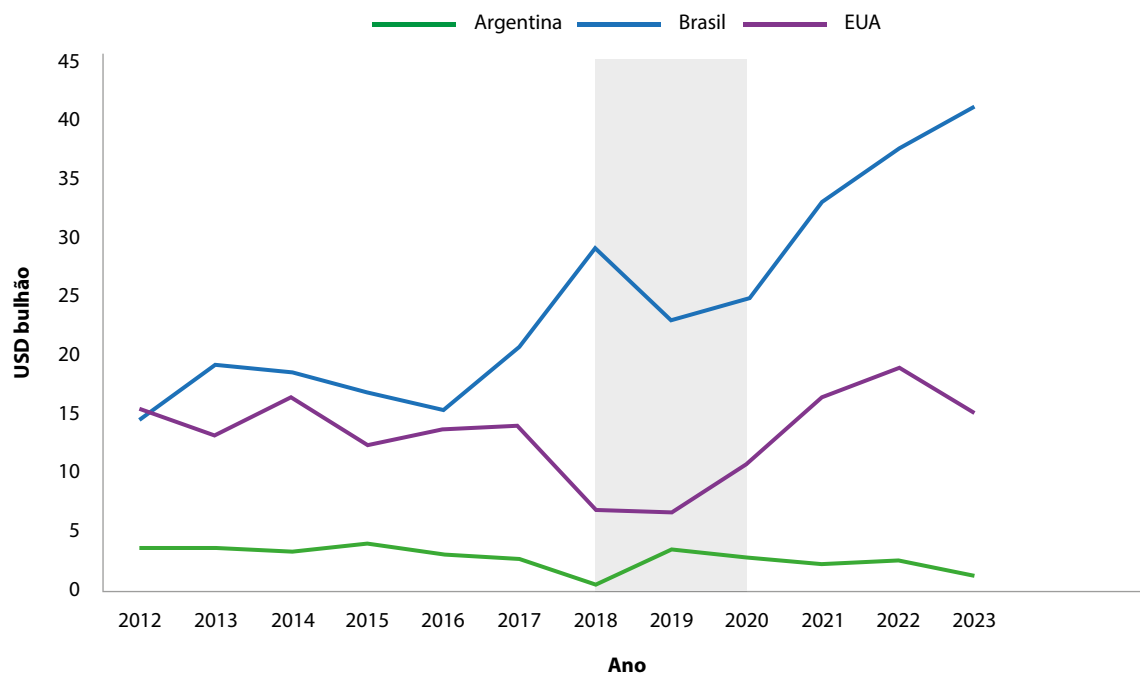


Figura 4. Exportações de soja para a China, dos principais parceiros, entre 2012 e 2023.

Nota: a área hachurada representada o período da guerra comercial sino-americana. O fluxo comercial de soja corresponde ao código HS 1201, classificado como soja em grãos.

Fonte: elaborado com dados de WITS (2025).

A guerra tarifária levou a China a reduzir a importação de carne suína norte-americana, favorecendo fornecedores europeus e sul-americanos. O aumento da demanda por carne suína brasileira e espanhola exigiu ajustes na capacidade produtiva desses países, na certificação sanitária e na estrutura logística para atender aos padrões chineses. Outro exemplo envolve as restrições à exportação de arroz na Índia, observadas em 2022 e 2023, que impactaram nações como o Senegal, que tiveram de contar com Brasil, Paquistão e Tailândia para compensar a falta de arroz, o que gerou custos adicionais e mudanças em regulamentos fitossanitários (Abdullah & Glauber, 2025).

A acomodação de excedentes de exportações em outros destinos gera mudanças profundas na geopolítica do agronegócio. O mesmo movimento que beneficia alguns produtores eleva a concentração de risco quando esses novos exportadores passam a depender de um comprador dominante. Se, futuramente, a China ou outro grande importador reverter a política de tarifas e se reaproximar dos EUA, os países que consolidaram participação nesse íterim poderiam sofrer uma grande queda de demanda (FAO, 2022).

Esse redirecionamento de rotas poderá gerar pressão sobre regiões norte-americanas altamente dependentes do comércio agropecuário, no atual panorama de guerras tarifárias. Isso evidenciaria a vulnerabilidade de áreas rurais que, nos últimos anos, vinham apoiando as agendas protecionistas de Trump (Guillén & Torres, 2025; Reidy, 2025). Segundo estatísticas da Comissão de Comércio Internacional dos Estados Unidos, as retaliações impostas em 2018 resultaram em reduções de mais de 27 bilhões de dólares nas exportações do país (Johanson et al., 2023).

Na ocasião, houve tentativas de firmar acordos com Japão, Coreia do Sul e países do Sudeste Asiático, como forma de compensar a perda de espaço na China. No entanto, elas não foram suficientes para absorver o volume reduzido das exportações norte-americanas para a China. Em 2017, os EUA exportaram aproximadamente 31,7 milhões de toneladas métricas (MMTs) de soja para o mercado chinês. Em 2018, o volume caiu para cerca de 8,2 MMTs, redução de aproximadamente 74% (Adjemian et al., 2021). Além disso, a manutenção de parte das tarifas até depois de 2021, durante o governo Biden, mostrou que o protecionismo não

foi totalmente revertido, alimentando um ambiente de incerteza que ainda permanece.

No contexto atual, os envios de carne suína, soja e até de produtos processados poderão enfrentar pressão competitiva, gerando excedentes e quedas nos preços domésticos. Ao mesmo tempo, o efeito dominó se pronunciaria sobre os custos de produção no campo, que aumentariam por causa das tarifas sobre o aço e o alumínio, encarecendo tratores, colheitadeiras, silos e diferentes implementos (Glass, 2025). Os preços dos fertilizantes e defensivos também subiram, tanto pelas barreiras tarifárias, em 2018, quanto por interrupções nas cadeias de suprimento decorrentes da guerra entre Rússia e Ucrânia, em 2022. No atual cenário, motivados pela geoeconomia, os fornecedores externos podem sofrer retaliações ou mudanças na oferta (Fumasi et al., 2024).

Para amortecer esses impactos, os agricultores americanos podem receber pacotes de compensação financeira (Pereira & Gilio, 2025). No contexto da redução das exportações de soja dos EUA para a China em 2018, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda) implementou o Market Facilitation Program (Programa de Facilitação de Mercado), que gerou pagamentos aos produtos de aproximadamente US\$ 8,5 bilhões. Esse valor não foi suficiente para cobrir os impactos diretos decorrentes da tarifa de 25% aplicada pela China, que ocasionou queda média de US\$ 0,74 por bushel no preço de exportação da soja norte-americana, durante um período de cerca de cinco meses. Tal redução nos preços, quando combinada com o volume expressivo de exportações anteriormente direcionadas à China, gerou perdas estimadas de cerca de US\$ 3,2 bilhões para os produtores norte-americanos da commodity (Adjemian et al., 2021; Coppess et al., 2025).

Embora os subsídios do Usda tenham buscado atenuar as perdas no curto prazo, sua existência reforça a constatação de que, mesmo quando as tarifas visam nominalmente proteger a indústria doméstica, os exportadores podem se tornar vítimas involuntárias da política protecionista. Isso se torna evidente em declarações atuais de associações dos EUA, como a American Soybean Association (Associação Americana de Soja), a American Seed Trade Association (Associação Americana de Comércio de Sementes), a Agricultural Retailers Association (Associação de Varejistas Agrícolas) e a The Fertilizer Institute (Instituto de Fertilizantes),

que criticaram as tarifas implementadas por Trump em 2025, enfatizando que os repasses governamentais não cobrem efetivamente as perdas comerciais e que a imprevisibilidade das negociações futuras amplia a insegurança do setor (Davies, 2025).

Esse episódio sobre o agronegócio não é um caso isolado. Há evidências de que a restrição sobre produtos agrícolas e alimentícios vem crescendo em diversos blocos geopolíticos. A Figura 5 mostra que produtos alimentícios processados, commodities e bens intermediários para a indústria agroalimentar vêm sendo alvos recorrentes de políticas restritivas que, ao encarecer insumos ou bloquear exportações, geram uma sucessão de ajustes. O efeito resultante tende a ser o agravamento dos riscos de desabastecimento, particularmente quando há retaliações envolvendo itens considerados essenciais pelas populações locais (Fumasi et al., 2024).

Outra consequência recai sobre as decisões de investimento e as estratégias empresariais, que sofrem constantes revisões, pois as cadeias agropecuárias, compostas por fertilizantes, sementes,

maquinário e serviços logísticos, dependem de previsibilidade para se manterem competitivas (Fumasi et al., 2024; Pereira & Gilio, 2025; Reidy, 2025; Távora, 2025). Nesse ponto, é importante analisar não apenas o resultado direto das sobretaxas, mas também a sucessão de retaliações que afetam vários elos da cadeia, inclusive transportadores, processadores de alimentos e distribuidores.

O Canadá e o México também inseriram sobretaxas contra produtos agrícolas dos EUA, como retaliação às tarifas unilaterais sobre o aço e o alumínio. Esses países, membros do Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA), antigo Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), passaram a buscar fornecedores de lácteos, carne e milho em outras regiões (Chepeliev et al., 2018; Ciuriak, 2019; Glauber et al., 2025).

Nesse processo, que se repete em 2025, os países do Cone Sul, da América Central e do Caribe poderiam encontrar janelas de oportunidades para ampliar seu comércio de carnes, frutas, oleaginosas e alimentos processados para mercados antes dominados pelos EUA. Ainda assim, a possiblida-



Figura 5. Setores mais afetados por medidas restritivas, entre 2005 e janeiro de 2025.
Fonte: elaborado com dados de Global Trade Alert (2025).

de de aproveitar a expansão de exportações para México e Canadá poderia repercutir negativamente no comércio intrarregional da América Latina e do Caribe, pois os ofertantes priorizariam o abastecimento de compradores que pagassem melhor ou que absorvessem maior volume, desestruturando acordos regionais (Glauber & Gianatiempo, 2025; Glauber et al., 2025).

Apesar dos efeitos negativos dos episódios tarifários de 2018, as motivações atuais de Trump para manter políticas protecionistas envolvem tanto a busca de apoio político de eleitores que veem as tarifas como um modo de defender empregos domésticos quanto a tentativa de demonstrar poder de barganha internacional (Avi-Yonah & Narotzki, 2024; Estados Unidos, 2025a). Por vezes, a própria ameaça de sobretaxas leva parceiros a rever acordos, como aconteceu em 2018, no processo de renegociação do Nafta. O resultado do USMCA, com cláusulas adicionais que beneficiaram parcialmente setores agrícolas de Canadá e México, gerou cerca de 450 milhões de dólares adicionais em exportações (Chepeliev et al., 2018; Ciuriak, 2019). Esse tipo de ganho pode, entretanto, se dissolver caso as tensões escalem novamente, como sinalizado no segundo mandato do atual presidente dos EUA (Ai et al., 2025; S&P Global, 2025).

Embora algumas vozes, como o Wall Street Journal, tenham classificado o embate tarifário de 2025 como “a guerra comercial mais estúpida da história” (The dumbest..., 2025), não se descarta a possibilidade de esses conflitos persistirem, pois a lógica política que os sustenta, muitas vezes, ignora os impactos de longo prazo (Plume & Huffstutter, 2025). Em termos práticos, há incertezas para as próximas safras de soja e milho e para a produção de carne, uma vez que, dependendo da intensidade das sanções do segundo mandato de Trump, as exportações podem sofrer quedas ou redirecionamentos, como em seu primeiro governo.

Somado a isso, a reconfiguração geopolítica dos últimos anos, marcada por conflitos, como a guerra entre Rússia e Ucrânia e as tensões no Oriente Médio, adiciona camadas de complexidade às cadeias globais de alimentos. Em um cenário de incerteza, cada ator tenta salvaguardar seus interesses. Na América Latina, há oportunidades

para exportadores de frutas, vegetais, produtos processados, carnes, grãos e oleaginosas, desde que consigam superar barreiras logísticas e cumprir requisitos sanitários. Entretanto, esse acréscimo de vendas para os mercados dos EUA, México e Canadá pode ocorrer em detrimento do comércio intrarregional, uma vez que produtores locais priorizam compradores que oferecem maior estabilidade ou margens melhores (Glauber et al., 2025). Em certos casos, a reorganização de rotas pode elevar os fretes e os prazos de entrega, especialmente se os portos e as estradas não estiverem preparados para fluxos adicionais, refletindo o chamado “choque de escopo”.

A perspectiva de longo prazo sugere que os custos de volatilidade se espalham entre produtores – que veem preços oscilarem e pagam mais caro por insumos –, consumidores (que lidam com produtos mais caros ou com menor variedade de oferta) e governos, que precisam subsidiar produtores ou ampliar programas de segurança alimentar. Apesar disso, a lógica política persiste. A retórica de America First⁸ e as imposições de tarifas contra qualquer parceiro considerado “injusto” continuam encontrando respaldo eleitoral em grupos que acreditam na reindustrialização via barreiras comerciais, na elevação de salários e na eliminação de déficits.

O efeito dominó pode ainda implicar que a competitividade industrial dos próprios EUA seja afetada. O encarecimento dos metais eleva os custos dos bens de capital na agricultura, dificultando a recuperação de margens por parte dos produtores. Isso também se reflete nos setores de energia, painéis solares e turbinas eólicas, que precisam de metais e componentes importados sujeitos a sobretaxas (Glass, 2025).

Em um horizonte de médio e longo prazos, a resiliência das cadeias produtivas de alimentos dependerá da capacidade dos agentes de se adaptarem aos choques de escala e aos choques de escopo, aprenderem com episódios recentes de interrupção e manterem certa flexibilidade de rotas e fornecedores (Blessley & Mudambi, 2022). Essa adaptabilidade vem com custos de curto prazo, podendo envolver estoques elevados, diversificação de origens e ampliação de acordos bilaterais.

⁸ Ver Estados Unidos (2025a).

Países com menor poder de barganha⁹ arriscam ficar expostos à volatilidade de preços quando grandes compradores ou vendedores redirecionam volumosas quantidades de commodities, gerando desequilíbrios (FAO, 2022). O caso do arroz no Senegal ilustra como mesmo nações periféricas podem buscar soluções temporárias com outros exportadores e conceder subsídios ao consumo, mas com impactos fiscais consideráveis.

Ruptura verde: protecionismo e negacionismo climático

Outro tema relevante, associado à geoeconomia e às políticas adotadas no governo Trump, envolve as questões energéticas e climáticas. Enquanto a busca por fontes de energia mais limpas, a volatilidade dos mercados de combustíveis fósseis e a competição por inovações verdes se intensificam, as relações comerciais emergentes acabam permeadas por novas restrições.

Um exemplo é o comércio de veículos elétricos. Antecipando sanções, exportadores chineses enviaram suas mercadorias aos EUA no primeiro semestre de 2024. Em maio daquele ano, o governo estadunidense anunciou a elevação das tarifas sobre veículos elétricos chineses para 100%, a vigorar em agosto. A UE e a Turquia também adotaram tarifas robustas contra esses produtos, alegando proteger seus mercados (UNCTAD, 2024). Nesse quadro, a China enfrenta o risco de estoques excedentes e queda de receitas, enquanto os EUA sofrem com preços mais elevados e menor disponibilidade de tecnologias limpas. Caso a fatia global de veículos elétricos caia, as iniciativas de diminuição de emissões de GEE podem ser prejudicadas. Mas a China, na condição de maior produtora nesse segmento, teria maior chance de redirecionar exportações a outros mercados.

Simultaneamente, a reorganização das cadeias produtivas na busca de menor dependência de combustíveis fósseis fomenta disputas comerciais que vão desde restrições à exportação de matérias-primas até estímulos à indústria nacional de tecnologias. Minerais como cobalto, lítio, cobre,

níquel, manganês e grafite, indispensáveis para baterias, painéis solares e veículos elétricos, exemplificam esse cenário (Kowalski & Legendre, 2023). Dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) indicam que, entre 2009 e 2020, cerca de 10% do valor global dessas exportações esteve sujeito a alguma barreira (Kowalski & Legendre, 2023). Embora alguns países adotem tais práticas para proteger recursos naturais ou agregar valor localmente, esse movimento fragiliza o acesso internacional a componentes vitais para a transição energética.

As concentrações de oferta tornam a questão ainda mais delicada. A China fornece 24% dos minerais críticos às economias da OCDE, seguida por Rússia (10%), Brasil (6%), África do Sul (6%) e Índia (6%), sem substitutos imediatos ou equivalentes em volume (Kowalski & Legendre, 2023). Isso sugere vulnerabilidade em caso de tensões geopolíticas. Além disso, a fabricação de polissilício e de anodos e catodos para baterias de lítio – itens fundamentais para células fotovoltaicas e veículos elétricos – está concentrada principalmente na China (IEA, 2022). Políticas restritivas podem, portanto, interromper o fornecimento de insumos e encarecer carros elétricos e módulos solares.

Conforme a International Energy Agency (IEA, 2022), desde 2020 a pandemia e a guerra entre Rússia e Ucrânia elevaram o custo de minerais, como lítio, cobalto e níquel, em alguns casos, mais do que o dobro. Tesla e Volkswagen já sinalizaram, em 2022, a possibilidade de rever metas de produção, por causa do desabastecimento de semicondutores e das matérias-primas encarecidas. A concentração de oferta não só atrasa o avanço das soluções renováveis, mas coloca em xeque a segurança energética global, pois não se trata mais só de petróleo ou gás natural.

A busca por novos fornecedores não ocorre rapidamente. Abrir uma mina pode levar de quatro a 20 anos, englobando prospecção, licenciamento ambiental e investimentos em plantas de purificação e ligas metálicas (IEA, 2022). Esse processo prolongado dificulta respostas ágeis à escassez e à escalada de preços. Em resposta, Austrália, Canadá, Japão, Reino Unido, EUA e integrantes da UE elabo-

⁹ Segundo Westcott (2025), os setores de alimentos e bebidas, já sob pressão da inflação e de mudanças regulatórias nos EUA, podem enfrentar custos ainda maiores e gargalos logísticos, pois as tarifas interrompem as rotas comerciais estabelecidas. Se a China retaliar com suas próprias restrições de importação, os exportadores agrícolas americanos podem sofrer uma demanda reduzida, ampliando ainda mais a instabilidade da cadeia de suprimentos.

raram planos de diversificação de minerais críticos e incentivo à pesquisa de alternativas recicláveis (IEA, 2022; Kowalski & Legendre, 2023; Thakur-Weigold & Miroudot, 2024). A criação da European Raw Materials Alliance (ERMA), em 2020, exemplifica tal esforço de inovação e cooperação (Thakur-Weigold & Miroudot, 2024). Nos EUA, destacam-se os incentivos do Inflation Reduction Act (IRA), de 2022, voltados à cadeia de energia limpa (Glass, 2025). Entretanto, no segundo mandato de Trump, iniciativas que favoreciam energias renováveis e infraestrutura verde encontram oposição (Munhoz, 2025).

Dada a influência dos EUA no cenário internacional, esse recuo estimula outros governos a retardar ou até negligenciar metas ambientais. Surge assim o “efeito demonstração”: se a maior potência econômica ignora acordos climáticos, países com orientações semelhantes podem trilhar caminho equivalente, ampliando retrocessos. Além disso, a ausência norte-americana em pactos ambientais prejudica o *soft power* do próprio país, pois reduz sua capacidade de liderar negociações e de estabelecer padrões ambientais globais.

Durante o primeiro mandato de Trump, a saída dos EUA do Acordo de Paris não impediu que a UE e a China reforçassem seus compromissos climáticos (Stavins, 2025). Agora, no entanto, sua segunda gestão, ao impulsionar o uso de combustíveis fósseis, influencia também as decisões de grandes exportadores de petróleo. Na COP29, em 2024, a Arábia Saudita bloqueou menções à transição verde imediata, enquanto o presidente Javier Milei, da Argentina, retirou seu país das negociações climáticas (Stavins, 2025). Esse realinhamento reflete interesses econômicos e políticos que, no cálculo de Trump, superam o risco de perder a dianteira em tecnologias limpas.

Com a possível descontinuidade do Inflation Reduction Act (IRA)¹⁰ e de projetos de energia limpa, teme-se pela competitividade da indústria americana em relação à China, que domina a produção de baterias, módulos fotovoltaicos, terras raras e outros insumos cruciais (Munhoz, 2025). Sem apoio governamental, a indústria dos EUA pode ampliar

a defasagem tecnológica, e parte dos investimentos privados pode ser paralisada (Elkind, 2025). Entretanto, analistas destacam que custos decrescentes em energias renováveis e armazenamento, ao lado de pressões de consumidores e investidores, mantêm a transição energética em andamento, mesmo com avanços mais lentos (Baka, 2025).

No agronegócio dos EUA, decisões ambientais podem reformular programas de apoio, como a Farm Bill, reduzindo incentivos a práticas sustentáveis (Munhoz, 2025). Em contrapartida, a UE e outros mercados ampliam exigências quanto ao desmatamento e à rastreabilidade, o que pode comprometer a competitividade de exportadores norte-americanos que não adotem padrões equivalentes (Nonnenberg et al., 2024). A adoção do Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (CBAM), por exemplo, taxaria produtos de alta pegada de carbono, caso a política climática do exportador fosse considerada insuficiente (Plume & Huffstutter, 2025).

Apesar da retórica pró-carvão e pró-petróleo em Washington, é provável que a economia global continue avançando rumo à descarbonização, seja pelos custos competitivos de fontes renováveis, seja pelas pressões de acionistas e consumidores. Empresas americanas ainda veem oportunidades de mercado em veículos elétricos e cadeias industriais descarbonizadas, embora a suspensão de subsídios e incentivos torne menos previsível o ambiente de negócios (Elder et al., 2025).

No âmbito diplomático, há impulso para manter a cooperação e o multilateralismo, pois fragmentação comercial e retrocessos ambientais trazem impactos socioeconômicos e climáticos cada vez mais graves. Para o Brasil, as posições de Trump na área climática podem tanto abrir quanto fechar portas. Caso os EUA abandonem padrões ambientais, surgirão nichos para exportadores brasileiros aptos a demonstrar menor pegada de carbono; no entanto, cortes em financiamentos e eventuais tarifas cruzadas dificultariam a expansão de mercados e a obtenção de recursos para projetos sustentáveis. Consequentemente, o Brasil bus-

¹⁰ O IRA, juntamente com a Lei Bipartidária de Infraestrutura, foi desenhado para impulsionar a indústria nacional de painéis fotovoltaicos, turbinas eólicas, hidrogênio limpo e sistemas de captura de carbono, criando empregos e estimulando crescimento econômico em regiões industriais afetadas pelo declínio de setores tradicionais (Glass, 2025). Contudo, a desvinculação do governo Trump 2.0 dessas estratégias, alinhada ao discurso de promoção do petróleo e do gás, pode frear o adensamento de cadeias produtivas e de inovação em energia limpa nos EUA, justamente em um momento em que a demanda global por soluções renováveis está em expansão.

ca estreitar laços com a UE e a China, em transição energética e proteção de ecossistemas, almejando atrair investimentos e diversificar parcerias.

Por fim, a substituição de combustíveis fósseis por renováveis tem potencial de reduzir riscos atrelados ao petróleo e ao gás, mas pode intensificar a dependência de certos minerais escassos. O equilíbrio entre objetivos nacionais e metas ambientais exige marcos institucionais que viabilizem investimentos, imponham padrões socioambientais rigorosos e estimulem a convergência entre blocos econômicos. Nesse sentido, as políticas de incentivo, a administração de reservas minerais, a proteção ambiental e a capacidade de inovar serão cruciais. Embora a nova gestão Trump represente um desvio na agenda verde, agentes não estatais e dinâmicas de mercado podem manter parte do impulso de descarbonização. O desenlace dessa conjuntura indicará em que medida protecionismo, segurança de suprimentos e ação climática encontrarão harmonia ou conflito.

Reflexos do protecionismo: o que esperar para outras áreas?

Multilateralismo e OMC

Depois de determinar tarifas a países e produtos específicos, as primeiras iniciativas comerciais de Trump envolveram medidas mais amplas, que podem afetar diretamente o comércio no mundo. O memorando “Fair and Reciprocal Plan” on Trade (“Plano justo e recíproco” sobre comércio) propõe impor barreiras comerciais iguais às que os países impõem sobre os produtos americanos (Estados Unidos, 2025d). A ideia é corrigir desequilíbrios na balança comercial e garantir justiça nas negociações.

O documento menciona explicitamente o Brasil e o comércio de produtos agrícolas ao descrever que i) enquanto, nos EUA, a tarifa sobre o etanol é de apenas 2,5%, uma tarifa de 18% é aplicada pelo governo brasileiro sobre as exportações de etanol norte-americano; ii) a tarifa média da Nação Mais Favorecida (NMF) aplicada pelos EUA sobre produtos agrícolas é de 5%, enquanto na Índia essa média chega a 39%. Isso sugere que o memorando pode

alterar as tarifas dos EUA sobre produtos brasileiros, inclusive do agro.

Outra medida que pode afetar diretamente o Brasil é a tarifa de 25% sobre as importações de aço e de alumínio¹¹. Em 2018, o Brasil e outros países – Argentina, Austrália, Canadá, Japão, México, Coreia do Sul, UE, Ucrânia e Reino Unido – receberam isenção tarifária em uma política similar, cujo objetivo era dificultar o comércio desses produtos provenientes da China. A nova administração Trump acredita que a isenção facilitou a compra de aço e alumínio chinês de forma indireta, quando esses metais eram importados por outros países e vendidos aos EUA um pouco mais processados, como na forma de aço semiacabado. Com efeito, a nova proposta de Trump é aplicar as tarifas para todos os exportadores, inclusive o Brasil, que é o segundo maior exportador para os EUA, atrás apenas do Canadá, de acordo com o American Iron and Steel Institute (Harrison, 2025).

A experiência de 2018 serve como referência para o atual cenário. Na ocasião, após negociações, o Brasil conseguiu estabelecer uma cota de 3,5 milhões de toneladas para a exportação de aço semiacabado aos EUA, o que garantiu alguma previsibilidade para a indústria siderúrgica nacional. Essa poderia ser uma política a ser adotada novamente, a depender das novas diretrizes estabelecidas por Trump.

Essa não é uma expectativa apenas para o Brasil. A partir do Fair and Reciprocal Plan, espera-se que os países busquem acordos individuais com os EUA, para amortizar os efeitos das medidas tarifárias. Todavia, essa estratégia individualizada expõe uma vulnerabilidade do sistema de comércio internacional desenvolvido no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), em 1947 e, posteriormente, pela OMC. Em primeiro lugar, a negociação bilateral compromete o princípio da não discriminação, que impõe que os países membros sejam tratados de maneira igualitária, sem que haja favorecimento ou retaliação discriminatória por causa de diferenças nas condições comerciais. Se, no caso do etanol, os EUA decidirem aplicar a mesma tarifa que o Brasil impõe, isso representaria uma reciprocidade unilateral que desvirtua o tratamento equânime esperado nas relações comerciais multilaterais.

¹¹ Ver Estados Unidos (2025c).

Além disso, essa prática pode abalar a previsibilidade e a estabilidade do sistema multilateral, que é visto universalmente como o local para negociar novos compromissos tarifários, modernizar regras comerciais e impor compromissos por meio do sistema de solução de controvérsias. Se os países decidirem por recorrer às negociações bilaterais como forma de proteção, retirariam a disputa do ambiente multilateral, que define regras coletivamente e se manifesta por meio do mecanismo de arbitragem da OMC para solucionar controvérsias. Essa tendência fragiliza o sistema ao promover exceções às normas comuns e ao incentivar a adoção de medidas unilaterais que podem ser propagadas, comprometendo a integridade e a eficácia dos procedimentos de resolução de conflitos estabelecidos pela organização.

Impactos macroeconômicos

Embora as tarifas impostas por Trump provavelmente não reduzam o déficit comercial dos EUA, elas podem ocasionar repercussões sobre a inflação, elevando os preços dos produtos importados e daqueles fabricados internamente que competem com os bens estrangeiros ou que dependem de insumos importados.

A inflação norte-americana já supera a meta de 2%, e é improvável que o Federal Reserve (FED), o Banco Central do país, permaneça inerte; é possível que a instituição atrase os cortes previstos nas taxas de juros ou, possivelmente, as eleve para compensar o impacto inflacionário decorrente das tarifas. Essa expectativa se reflete nos mercados financeiros, com a valorização do dólar acompanhando cada nova ameaça tarifária (Pradhan & Usardi, 2025).

Uma simulação sobre as novas tarifas impostas pelo governo Trump sugere que sobretaxas de 25% sobre a maioria dos produtos do Canadá e do México (excetuando a energia canadense, taxada em 10%) e de 10% sobre produtos da China podem representar um aumento tributário superior a US\$ 1.200 anuais para as famílias medianas dos EUA. Além do encarecimento direto aos consumidores, essas medidas intensificam o risco de retaliações internacionais, o que pode comprometer cadeias de suprimentos em diversos países e gerar novas pressões inflacionárias no exterior (Clausing & Lovely, 2025).

Outra simulação, com os mesmos pressupostos, estima que no Canadá a taxa de crescimento possivelmente cairia pela metade, e o PIB do México cairia entre 0,5 e 0,6 pontos percentuais nos dois primeiros anos. Caso outros governos retaliem, o PIB dos EUA pode recuar 0,7 e 0,5 pontos percentuais em 2025 e 2026, respectivamente (Kaya & Millard, 2025).

A experiência da guerra comercial de 2018 e 2019 indica que as tarifas impostas nesses anos, muitas delas mantidas pelo governo Biden, levaram os consumidores domésticos a arcar com grande parte dos custos tarifários, pois exportadores estrangeiros não reduziram seus preços. A perspectiva atual é pior, pois fabricantes locais que competem com produtos taxados podem elevar seus preços, ampliando as despesas dos consumidores (Clausing & Lovely, 2025). No geral, as medidas tarifárias atuais podem reduzir o PIB de longo prazo dos EUA em 0,2% (York & Durante, 2025).

Em escala mundial, o provável realinhamento de fornecedores e a adoção de contramedidas por outras economias podem favorecer a propagação de incertezas e limitar o crescimento global. Embora a atual administração de Trump cogite reintroduzir os cortes de impostos instituídos em 2017 para atenuar impactos domésticos, os rendimentos da maioria das famílias de rendas baixa e média ainda podem se deteriorar, uma vez que os aumentos tarifários superariam potenciais benefícios fiscais.

As novas propostas de tarifas para 2025, se implementadas de forma permanente em todo o Trump 2.0, podem aprofundar os desequilíbrios na economia mundial, aumentar o nível de incerteza e pressionar ainda mais as cadeias de suprimentos globais. O aumento das taxas de juros nos EUA pode desencadear uma restrição na liquidez global, expondo ao risco a capacidade de empresas e governos com elevados níveis de endividamento em dólares de honrar suas obrigações. Caso outros bancos centrais optem por seguir o exemplo do FED, o que é uma prática historicamente observada, até mesmo os agentes econômicos com exposição limitada a dívidas em dólares poderão enfrentar dificuldades financeiras.

Para mitigar os efeitos do choque comercial promovido pelas tarifas, os governos podem adotar medidas macroeconômicas ou desenvolver estratégias de retaliação. A UE possui um instrumento com estrutura jurídica e operacional que permite aos

países do bloco responder, de forma proporcional, a práticas de coerção econômica. Por esse instrumento, a UE pode acionar medidas, como tarifas, restrições comerciais e limitações de acesso a investimentos, para neutralizar pressões contra produtos dos EUA (Geldard, 2025).

Medidas dessa natureza poderiam permitir, entre outras ações, a suspensão temporária de proteções relacionadas à propriedade intelectual para softwares e serviços de streaming provenientes dos EUA ou a imposição de restrições à atuação de bancos e prestadores de serviços financeiros americanos nos mercados europeus. Tais iniciativas podem ser particularmente atrativas para os países em desenvolvimento, como o Brasil, já que os EUA costumam apresentar superávits expressivos nas áreas de propriedade intelectual e serviços financeiros.

Outro exemplo é o adotado pela China em relação às exportações de minerais. Como o país detém o controle sobre a oferta global de diversos insumos-chave, a imposição de restrições pode reduzir os lucros de empresas americanas, enquanto beneficia as companhias locais. A China tem evitado recorrer a essas medidas na última década, depois de uma decisão desfavorável no âmbito da OMC sobre a limitação das exportações de terras raras (WTO, 2015). No entanto, o fato de as tarifas dos EUA também violarem obrigações assumidas na OMC, isso pode levar o governo chinês a adotar uma postura comercial retaliatória, seguida por outros países que detêm poder de mercado em produtos estratégicos.

Além das respostas adotadas de forma isolada, é possível que os países busquem ações coletivas. O fortalecimento da integração econômica regional, por meio da eliminação de barreiras comerciais e de investimento dentro dos blocos regionais, pode oferecer uma resposta mais eficaz do que a simples elevação de tarifas sobre produtos norte-americanos. As negociações para novos acordos comerciais e de investimento, como as parcerias entre UE e o Mercosul, da Índia com a Austrália, e dos Emirados Árabes Unidos com os países da Área Europeia de Livre Comércio (EFTA), que compreendem Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça, são estratégicas para as partes conterem os impactos da guerra tarifária.

Embora a política tarifária da administração Trump se assemelhe a um evento de grande magnitude e de potencial impacto ao comércio mundial,

seus efeitos podem ser amenizados. Ao evitar reações precipitadas e fomentar parcerias, a economia global pode encontrar caminhos para enfrentar os desafios impostos por esse cenário.

Comércio internacional e segurança alimentar

A possibilidade de uma guerra comercial vem à tona em meio a rearranjos geopolíticos que podem intensificar tensões entre EUA, China e outros atores, como Rússia, Europa e determinados blocos regionais. Nesse ambiente, a adoção de tarifas em larga escala, caso o governo Trump implemente sanções contra importações de parceiros específicos, tende a afetar as estruturas multilaterais de comércio (Saliya, 2025). Esse temor remete às Tarifas Smoot-Hawley, adotadas na década de 1930, que contribuíram para o declínio do comércio global na Grande Depressão (Rosenberger, 2024). O risco atual, entretanto, é ainda maior, pois a economia mundial conta com amplas cadeias de valor, suscetíveis a rupturas que elevam os custos de produção e restringem investimentos.

Em relação ao Brasil, o protecionismo global ganha importância pela posição do País como grande exportador de soja, carnes, milho, açúcar, suco de laranja e café (Pereira & Gilio, 2025). Em 2023, o Brasil forneceu aproximadamente 70% da soja importada pela China, enquanto as exportações dos EUA ao mercado chinês caíram 16% até novembro de 2024 (Plume & Huffstutter, 2025). Embora o Brasil possa preencher lacunas deixadas pelos EUA, regras incertas e possíveis retaliações elevam custos logísticos e ampliam a volatilidade dos preços (S&P Global, 2025).

Outro ponto sensível é a segurança alimentar, pois grandes exportadores que restringem a oferta de alimentos ou sofrem sanções podem desequilibrar o mercado internacional. Em 2008, a crise financeira coincidiu com altas de commodities agrícolas; naquele contexto, proibições de exportação e sobretaxas intensificaram problemas de abastecimento, sobretudo em países de menor renda (FAO, 2022). Além disso, a elevação de tarifas sobre insumos e máquinas, a exemplo de adubos e equipamentos agrícolas, onera a produção e inibe a competitividade de produtores que dependem de importações (Plume & Huffstutter, 2025). Nos EUA, as cadeias de carnes, ração e óleos empregam insumos estrangeiros. No Brasil, aproximadamen-

te 80% dos fertilizantes são importados (Plume & Huffstutter, 2025), de modo que qualquer sobretaxa também repercute nos preços dos bens de primeira necessidade.

As atuais propostas norte-americanas de tarifas de 10% a 25% sobre produtos vindos de Canadá, México e China, com o declarado objetivo de frear a entrada de entorpecentes ou ampliar vantagens comerciais, geram apreensão no meio rural. Em 2023, as exportações agrícolas dos EUA somaram US\$ 190 bilhões (Plume & Huffstutter, 2025), metade delas destinada justamente a esses três países. Uma retaliação reduziria as compras de soja, milho, trigo, carnes e laticínios, acarretando prejuízos de bilhões de dólares aos produtores (Coppess et al., 2025). O encarecimento de frutas, hortaliças e produtos in natura também preocupa, pois grande parte da demanda interna dos EUA é atendida por México, Canadá, Chile e Peru (Abdullah & Glauber, 2025; Glauber et al., 2025; S&P Global, 2025). Nesse cenário, o consumidor local pagaria mais caro por alimentos frescos, especialmente fora do período de safra doméstica, sem que isso necessariamente beneficie o produtor americano.

Mas, quando as restrições norte-americanas incidem sobre os próprios exportadores dos EUA, o Brasil e outros países podem assumir fatias de mercado na China ou em outras nações que imponham essas tarifas. Em 2018 e 2019, a China estabeleceu acordos de fornecimento com exportadores da América do Sul, e parte da presença comercial norte-americana não foi restabelecida depois do alívio das tensões. A segurança alimentar mundial depende da regularidade do fluxo de produtos. Elevações de tarifas em mercados de grande escala podem redirecionar exportações, restringir a oferta em outras regiões e encarecer itens básicos, afetando de modo mais intenso as populações mais pobres (FAO, 2022). A redução de acordos multilaterais e a fragmentação comercial também desencorajam investimentos em pesquisa e inovação para ampliar a capacidade produtiva (S&P Global, 2025).

Em paralelo, secas, inundações e furacões amplificam a oscilação da oferta de alimentos (FAO, 2022). Entre 2022 e 2023, a produção de grãos na América do Sul foi afetada por estiagens, e o abastecimento de trigo da área do Mar Negro enfrentou dificuldades em razão do conflito no Leste Europeu. Nesse contexto, as tarifas acrescentam imprevisibilidade, comprometendo os mercados futuros (S&P Global, 2025). Embora o Brasil registre vantagens

pontuais – bateu recordes na exportação de soja em 2023 e elevou o embarque de carne bovina para a China em 2024 (Fumasi et al., 2024; Pereira & Gilio, 2025; Plume & Huffstutter, 2025) –, o País depende de fertilizantes e equipamentos importados, de modo que uma extensão do protecionismo dos EUA a esses insumos encareceria a atividade agrícola. Ganhos pontuais, portanto, coexistem com riscos mais amplos de volatilidade.

Para lidar com esse contexto, a diplomacia brasileira aposta em acordos internacionais, diversificação de mercados e fortalecimento de pautas agrícolas e ambientais. O possível fechamento do acordo Mercosul-UE poderia trazer maior estabilidade comercial, mas enfrenta exigências ambientais dos europeus (Nonnenberg et al., 2024). Negociações com Canadá, Singapura e parcerias no RCEP (Plummer, 2024) também estão em discussão, ainda que fatores políticos internos e divergências domésticas atrasem uma conclusão rápida.

Há igualmente implicações sociais: tarifas mais altas elevam a inflação alimentar, sobrecarregando sobretudo as famílias de renda menor (FAO, 2022). Nos EUA, associações de supermercados e varejistas temem alta dos custos de itens frescos, carnes, cereais e óleos (Plume & Huffstutter, 2025). Em países em desenvolvimento, pequenos produtores dependem de subsídios e mercados externos para sobreviver, e serão prejudicados caso barreiras sejam impostas de forma indiscriminada.

Nesse sentido, a adoção de políticas protecionistas coloca em xeque a previsibilidade do comércio, o acesso da população de baixa renda a alimentos e a capacidade de exportadores manterem seus fluxos. Mesmo que o Brasil possa, em alguns casos, ganhar espaço em mercados que se afastam dos EUA, o País enfrentará contratempos se houver restrição ao fornecimento de fertilizantes ou maquinário. Assim, a redução de custos logísticos, o compromisso socioambiental e a diplomacia construtiva são ações estratégicas para mitigar prejuízos de longo prazo.

Em última análise, manter canais de cooperação internacional permanece como maneira de evitar que tensões tarifárias se convertam em crises de abastecimento mais graves. A coordenação entre nações, a busca de acordos comerciais equilibrados e o investimento em resiliência climática tendem a suavizar riscos em um ambiente marcado por volatilidade e disputas protecionistas.

Conclusões

O objetivo deste trabalho foi apresentar uma visão preliminar sobre as primeiras medidas do governo Trump, principalmente as relacionadas ao comércio internacional, e suas implicações sobre o cenário geoeconômico. Evidentemente, ainda é cedo para se ter uma ideia mais precisa de todas as medidas e seus impactos apenas no início do governo. Mas já é possível perceber pelo menos em que direção serão os principais impactos.

De forma geral, o segundo governo Trump se mostra mais protecionista, ao menos nas intenções declaradas. De toda forma, ainda que ele não execute todas as iniciativas propostas e continue adotando uma visão transacional e negociando com os diversos países, é possível imaginar que os fluxos de comércio que envolvam os EUA se reduzam, aumentando os custos de produção. Tal quadro só vai agravar um cenário de desglobalização seletiva, que já se vinha observando há cerca de 15 anos.

Por trás da guerra comercial, apontada desde o primeiro governo Trump, o que se revela é, principalmente, uma guerra tecnológica, com a imposição de várias barreiras, sobretudo pelos EUA, e não apenas sobre produtos estratégicos, mas também sobre bens de alta intensidade tecnológica, como semicondutores, com a intenção de reduzir o avanço tecnológico da China. Isso vem alcançando diversos outros produtos.

Essa dinâmica é particularmente perversa quando se leva em conta que a economia mundial, não apenas a manufatura, mas também o setor agropecuário e os serviços, foi impulsionada por uma forte onda de globalização a partir da década de 1990. Isso tornou a economia mundial fortemente interligada, com o crescimento exponencial das cadeias globais de valor. Portanto, cada barreira ao comércio, e a consequente elevação de custos, tem efeitos globais, com redução do comércio e elevação de preços.

Um setor muito afetado pelo aumento das barreiras, de diversas origens, foi o agro. Apesar de aparentemente ser bem menos interligado do que a manufatura, por exemplo, ele compreende cadeias de valor com escalas em muitos países. Envolve insumos e diversas etapas de beneficiamento e, ainda mais importante, pode comprometer a segurança alimentar em âmbito global. Portanto, reduções nesses fluxos podem afetar mais do que proporcionalmente países mais pobres, que dependem das

cadeias globais de suprimentos para acessar itens alimentares.

Do ponto de vista ambiental, ressaltam-se dois possíveis efeitos. Primeiro, a desorganização de novos fluxos de comércio que já levam em conta a necessária redução de emissão de GEE. Segundo, a restrição do comércio de bens estratégicos do ponto de vista ambiental, como minerais críticos, cuja produção é muito concentrada em poucos países, especialmente na China. Isso tem o potencial de afetar a produção e o comércio de bens fundamentais para a transição energética, como veículos elétricos e placas fotovoltaicas.

Caso os EUA mantenham suas promessas de elevação de tarifas, é bastante provável que vários países adotem medidas retaliatórias, o que afetará negativamente o próprio país, que também são grandes exportadores de vários produtos do agronegócio.

É preciso ter sempre em mente que, por trás do forte crescimento do comércio mundial nos últimos 80 anos, um dos principais fatores foi a redução das diversas barreiras comerciais, seguida da internacionalização da produção, com a criação de cadeias globais de valor. Tudo isso pode ser bastante afetado caso as piores hipóteses venham a se concretizar.

Agradecimentos

Os autores agradecem os comentários e sugestões de Victor Henrique Lana Pinto, Fernando José da Silva Paiva Ribeiro e Vera Thorstensen.

Referências

- ABDULLAH, M.; GLAUBER, J. How countries have coped with recent agricultural trade disruptions. **IFPRI**, 26 fev. 2025. Disponível em: <<https://www.ifpri.org/blog/how-countries-have-coped-with-recent-agricultural-trade-disruptions/>>. Acesso em: 5 mar. 2025.
- ADJEMIAN, M.K.; SMITH, A.; HE, W. Estimating the market effect of a trade war: the case of soybean tariffs. **Food Policy**, v.105, art.102152, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2021.102152>.
- AI, J.; HUANG, W.; LI, M.; ZHANG, T.; ZHANG, W. Anticipating trade turbulence: assessing the economic impacts of president Trump's proposed tariff scenarios. **Cornell SC Johnson College of Business Research Paper**, 28 jan. 2025. DOI: <https://doi.org/10.2139/ssrn.5113925>.
- AIYAR, S.; CHEN, J.; EBEKE, C.; GARCIA-SALTOS, R.; GUDMUNDSSON, T.; ILYINA, A.; KANGUR, A.; KUNARATSKUL, T.; RODRIGUEZ, S.; RUTA,

M.; SCHULZE, T.; SODERBERG, G.; TREVINO, J.P. **Goeconomic fragmentation and the future of multilateralism**. Washington: IMF, 2023. (Staff Discussion Note, n. 2023/001). Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/Staff-Discussion-Notes/Issues/2023/01/11/Geo-Economic-Fragmentation-and-the-Future-of-Multilateralism-527266>>. Acesso em: 9 mar. 2025.

ANDERSON, K. Agriculture in a more uncertain global trade environment. **Agricultural Economics**, v.53, p.563-579, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1111/agec.12726>.

AVI-YONAH, R.S.; NAROTZKI, D. The tariffs are coming! The tariffs are coming! **Tax Notes International**, v.116, 2024. DOI: <https://doi.org/10.2139/ssrn.5080792>.

BAKA, J. Why more drilling doesn't need to mean more harm to the environment. **Nature**, v.637, art.1023, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1038/d41586-025-00215-y>.

BEKAMP, B.; WU, H. Trump's tariffs: what could be the impact on EU food and agriculture? **Rabobank**, 27 fev. 2025. Disponível em: <<https://www.rabobank.com/knowledge/q011468319-trumpstarriffs-what-could-be-the-impact-on-eu-food-and-agriculture>>. Acesso em: 5 mar. 2025.

BLACKWILL, R.D.; HARRIS, J.M. What is geoeconomics? In: BLACKWILL, R.; HARRIS, J.M. **War by other means: geoeconomics and statecraft**. Cambridge: London: Harvard University Press, 2016. p.19-32.

BLESSLEY, M.; MUDAMBI, S.M. A trade war and a pandemic: disruption and resilience in the food bank supply chain. **Industrial Marketing Management**, v.102, p.58-73, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.indmarman.2022.01.002>.

BOUËT, A.; SALL, L.M.; ZHENG, Y. **Towards a trade war in 2025: real threats for the world economy, false promises for the US**. Paris: CEPII, 2025. (CEPII Working Paper, n.2025-03).

BROWN, G. We must place our hope in multilateralism. **Finance & Development Magazine**, 2024. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/fandd/issues/2024/09/Point-of-view-we-must-place-our-hope-in-multilateralism-brown>>. Acesso em: 2 fev. 2025.

CHEPELIEV, M.; TYNER, W.E.; van der MENSBRUGGHE, D. **How U.S. agriculture will fare under the USMCA and retaliatory tariffs**. West Lafayette: GTAP, 2018. (GTAP Working Paper, n.84). DOI: <https://doi.org/10.2139/ssrn.3317063>.

CIURIAK, D. **From NAFTA to USMCA and the evolution of US trade policy**. Toronto: C.D. Howe Institute, 2019. DOI: <https://doi.org/10.2139/ssrn.3369291>.

CLAUSING, K.; LOVELY, M. E. Trump's tariffs on Canada, Mexico, and China would cost the typical US household over \$ 1,200 a year. **PIIE**, 3 fev. 2025. Disponível em: <<https://www.piie.com/research/piie-charts/2025/trumps-tariffs-canada-mexico-and-china-would-cost-typical-us-household>>. Acesso em: 16 fev. 2025.

COPPESS, J.; KALAITZANDONAKES, M.; ELLISON, B. Reviewing public support for payments to farmers. **Farmdoc Daily**, v.15, art.11, 2025.

CROWE, D.; RAWDANOWICZ, Ł. **Risks and opportunities of reshaping global value chains**. Paris: OECD, 2023. (OECD Economics Department Working Papers, n.1762). ECO/WKP(2023)15. DOI: <https://doi.org/10.1787/f758afe8-en>.

DAVIES, S. Trump tells farmers tariffs will help them, urges them to "have fun". **AgriPulse**, 4 mar. 2025. Disponível em: <<https://www.agri-pulse.com/articles/22504-trump-tells-farmers-tariffs-will-help-them-urges-them-to-have-fun>>. Acesso em: 5 mar. 2025.

agri-pulse.com/articles/22504-trump-tells-farmers-tariffs-will-help-them-urges-them-to-have-fun>. Acesso em: 5 mar. 2025.

EGAN, B.J.; CLARKE, K. **CFIUS part II? The US moves to restrict outbound FDI to China**. New York: CCSI, 2023. (Columbia FDI Perspectives, n.367). Disponível em: <<https://www.econstor.eu/handle/10419/278785>>. Acesso em: 4 mar. 2025.

ELDER, M.; ZUSMAN, E.; HENGESBAUGH, M. **Why the second Trump administration could struggle to undermine domestic climate policies: obstacles to backsliding**. Kanagawa: Institute for Global Environmental Strategies, 2025. (IGES Briefing Note). DOI: <https://doi.org/10.57405/iges-14014>.

ELKIND, J. Energy Diplomacy Amid 'America First'. In: ENERGY and climate issues during the Trump administration's: first 100 days. New York: CGEP, 2025. (Policy Brief). Disponível em: <https://www.energypolicy.columbia.edu/wp-content/uploads/2025/01/100DAYS-CGEP_Report_012925.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2025.

ESTADOS UNIDOS. The White House. **America first trade policy**. Washington, 20 jan. 2025a. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/01/america-first-trade-policy/>>. Acesso em: 9 mar. 2025.

ESTADOS UNIDOS. The White House. **Fact sheet: President Donald J. Trump adjusts tariffs on Canada and Mexico to minimize disruption to the automotive industry**. Washington, 6 mar. 2025b. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/fact-sheets/2025/03/fact-sheet-president-donald-j-trump-adjusts-tariffs-on-canada-and-mexico-to-minimize-disruption-to-the-automotive-industry/>>. Acesso em: 5 mar. 2025.

ESTADOS UNIDOS. The White House. **Fact sheet: President Donald J. Trump restores section 232 tariffs**. Washington, 11 fev. 2025c. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/fact-sheets/2025/02/fact-sheet-president-donald-j-trump-restores-section-232-tariffs/>>. Acesso em: 9 mar. 2025.

ESTADOS UNIDOS. The White House. **Fact sheet: President Donald J. Trump announces "fair and reciprocal plan" on trade**. Washington, 13 fev. 2025d. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/fact-sheets/2025/02/fact-sheet-president-donald-j-trump-announces-fair-and-reciprocal-plan-on-trade/>>. Acesso em: 9 mar. 2025.

ESTADOS UNIDOS. The White House. **Fact sheet: President Donald J. Trump proceeds with tariffs on imports from Canada and Mexico**. Washington, 3 mar. 2025e. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/fact-sheets/2025/03/fact-sheet-president-donald-j-trump-proceeds-with-tariffs-on-imports-from-canada-and-mexico/>>. Acesso em: 5 mar. 2025.

ESTADOS UNIDOS. The White House. **Putting America first in international environmental agreements**. Washington, 20 jan. 2025f. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/01/putting-america-first-in-international-environmental-agreements/>>. Acesso em: 9 mar. 2025.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **The state of agricultural commodity markets 2022: the geography of food and agricultural trade: policy approaches for sustainable development**. Rome, 2022. DOI: <https://doi.org/10.4060/cc0471en>.

FUMASI, R.; BAILEY, T.; MAREY, P.; EVERY, M.; FILOTT, C.; DUFF, A.; CHIANG, L.; TJAKRA, O.; PISTÓIA, V.C.; NICHOLSON, S. Trump 2.0: impacts on global food and agriculture. **Rabobank**, 21 nov. 2024. Disponível em: <<https://www.rabobank.com/knowledge/>>

q011457673-trump-2-0-impacts-on-global-food-and-agriculture>. Acesso em: 16 fev. 2025.

GELDARD, R. Trump's tariffs rattle global markets – and other economic stories to read this week. **World Economic Forum**, 7 fev. 2025. Disponível em: <<https://www.weforum.org/stories/2025/02/trump-tariffs-eurozone-rebounds-india-economic-stories/>>. Acesso em: 16 fev. 2025.

GLASS, A. J. **Can tariffs benefit our nation?** College Station: Private Enterprise Research Center, 2025. (PERC Policy Study, 2501). Disponível em: <<https://oaktrust.library.tamu.edu/items/3b42b7ba-b686-418e-b62b-21f4e7e7f1ba>>. Acesso em: 28 abr. 2025.

GLAUBER, J.; GIANATIEMPO, J.P. How U.S. tariffs might impact countries of Latin America and the Caribbean. **IFPRI**, 17 jan. 2025. Disponível em: <<https://www.ifpri.org/blog/how-us-tariffs-might-impact-countries-of-latin-america-and-the-caribbean/>>. Acesso em: 28 abr. 2025.

GLAUBER, J.; PIÑEIRO, V.; GIANATIEMPO, J.P. Impact of proposed U.S. tariffs on agricultural trade flows in the Western Hemisphere. **IFPRI**, 4 mar. 2025. Disponível em: <<https://www.ifpri.org/blog/impact-of-proposed-u-s-tariffs-on-agricultural-trade-flows-in-the-western-hemisphere/>>. Acesso em: 5 mar. 2025.

GLOBAL TRADE ALERT. 2025. Disponível em: <<https://globaltradealert.org/>>. Acesso em: 6 fev. 2025.

GUILLÉN, A.; TORRES, I.C. Changes in the world geopolitical order and the reconfiguration of productive systems: the Mexican case. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v.14, p.26-59, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1177/22779760241313169>.

HARRISON, L. Steel imports up 2.5% in 2024. **American Iron and Steel Institute**, 27 jan. 2025. Disponível em: <<https://www.steel.org/2025/01/steel-imports-up-2-5-in-2024/>>. Acesso em: 13 fev. 2025.

IEA. International Energy Agency. **Securing clean energy technology supply chains**. Australia, 2022. Disponível em: <<https://iea.blob.core.windows.net/assets/0fe16228-521a-43d9-8da6-bbf08cc9f2b4/SecuringCleanEnergyTechnologySupplyChains.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2025.

IT'S NOT OVER: Donald Trump could still blow up global trade. **The Economist**, 6 fev. 2025. Disponível em: <<https://www.economist.com/leaders/2025/02/06/its-not-over-donald-trump-could-still-blow-up-global-trade>>. Acesso em: 11 fev. 2025.

JOHANSON, D.S.C.; SCHMIDTLEIN, R.K.; KEARNS, J.E.; KARPEL, A.A. **Economic impact of section 232 and 301 tariffs on U.S. industries**. Washington: USITC, 2023. Disponível em: <<https://www.usitc.gov/publications/332/pub5405.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2025.

KAYA, A.I.; MILLARD, S. The Economic Impact of Trump's Early Policies. **NIESR**, 3 fev. 2025. Disponível em: <<https://niesr.ac.uk/blog/economic-impact-trumps-early-policies>>. Acesso em: 16 fev. 2025.

KLOMP, J. Trump tariffs and the U.S. defense industry. **PLoS ONE**, v.20, e0313204, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0313204>.

KOWALSKI, P.; LEGENDRE, C. **Raw materials critical for the green transition: production, international trade and export restrictions**. Paris: OECD, 2023. (OECD Trade Policy Papers, n.269). DOI: <https://doi.org/10.1787/c6bb598b-en>.

MAREY, P. Trump tariffs. **Rabobank**, 2 fev. 2025. Disponível em: <<https://www.rabobank.com/knowledge/q011464954-trump-tariffs>>. Acesso em: 2 fev. 2025.

MASON, J. Trump to announce 25 % steel and aluminum tariffs in latest trade escalation. **Reuters**, 10 fev. 2025. Disponível em: <<https://www.reuters.com/markets/commodities/trump-says-he-will-announce-25-steel-aluminum-tariffs-monday-2025-02-09/>>. Acesso em: 11 fev. 2025.

MIHAYLOV, V.; SITEK, S. Trade wars and the changing international order: a crisis of globalization? **Miscellanea Geographica**, v.25, p.99-109, 2021. DOI: <https://doi.org/10.2478/mgrsd-2020-0051>.

MUNHOZ, L. **Segundo mandato de Trump e impactos ao meio ambiente**. São Paulo: FGV, 2025. Disponível em: <<https://agro.fgv.br/sites/default/files/2025-01/Segundo%20mandato%20de%20Trump%20e%20Impactos%20no%20Meio%20Ambiente.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2025.

NONNENBERG, M.J.B.; MARTINS, M.M.V.; CECHIN, A.; VIANNA, R. da S.; CRUZ, C.C.P.; SILVA, F.A.A.; BISPO, S.Q.A.; SANTOS, F.E. de L. e A. **Efeitos da lei europeia contra desmatamento sobre as exportações brasileiras**. Brasília: Ipea, 2024. (Texto para discussão, n.3016). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14075/1/Publicacao_expressa_TD_3016.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2025.

OXFORD ANALYTICA. **Threatened US tariffs signal aggressive trade policy**. Oxford, 2025. Disponível em: <<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/oxan-db292596/full/html>>. Acesso em: 5 mar. 2025.

PEREIRA, L.A.C.; GILIO, L. Governo Trump 2.0: novos desafios no cenário geopolítico global e impactos no agronegócio. **Insper**, 30 jan. 2025. Disponível em: <<https://agro.insper.edu.br/media/artigos/governo-trump-2-0-novos-desafios-no-cenario-geopolitico-global>>. Acesso em: 2 fev. 2025.

PLUME, K.; HUFFSTUTTER, P. J. US agricultural exports/imports threatened by Trump trade actions. **Reuters**, 3 fev. 2025. Disponível em: <<https://www.reuters.com/markets/commodities/us-agricultural-exportsimports-threatened-by-trump-trade-actions-2025-01-31/>>. Acesso em: 9 fev. 2025.

PLUMMER, M.G. **Trade, agriculture, and development: meeting global challenges to Commonwealth countries**. [S.l.]: The Commonwealth, 2024.

POON, J. The geoeconomics of globalization 2.0. **Environment and Planning A: Economy and Space**, v.57, p.144-148, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1177/0308518X241269366>.

PRADHAN, M.; USARDI, A. **What Trump 2.0 means for the global economy**. Paris: Amundi Investment Institute, 2025. Disponível em: <<https://research-center.amundi.com/files/nuxeo/dl/a3e4eff1-2655-4d57-bcca-f24661130d3d?inline=>>>. Acesso em: 5 mar. 2025.

REIDY, S. The impact of Trump 2.0 on global trade. **Food Business News**, 1 fev. 2025. Disponível em: <<https://www.foodbusinessnews.net/articles/27457-the-impact-of-trump-20-on-global-trade>>. Acesso em: 5 mar. 2025.

ROSENBERGER, L. Identifying risks from US-China economic decoupling if Trump wins. In: FARHADI, A.; GRZEGORZEWSKI, M.; MASYS, A.J. (Ed.). **The great power competition: volume 6: the rise of China**. Cham: Springer Nature Switzerland, 2024. p.243-254. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-031-70767-4_13.

S&P GLOBAL. **Global agriculture and food: our predictions for 2025**. [S.l.]: S&P Global, 2025. (Food & Agricultural Commodities). Disponível em: <<https://123futures.com/comments/Predictions-for-2025-6780952cc96f3.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2025.

SALIYA, C.A. Donald Trump's ultra-nationalistic policies: an era of "America First". *SSRN*, 2025. DOI: <https://doi.org/10.2139/ssrn.5114764>.

SIVIN, D.D. Trump: a disaster for health, safety, and environment. **New Solutions: a Journal of Environmental and Occupational Health Policy**, v.34, p.248-252, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1177/10482911241304227>.

SORKIN, A.R.; MATTU, R.; WARNER, B.; KESSLER, S.; DE LA MERCED, M.J.; HIRSCH, L.; LEE, E.; WALT, V. Are markets taking the latest Trump trade fight in stride? *The New York Times*, 10 fev. 2025. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2025/02/10/business/dealbook/trump-trade-tariffs-markets.html>>. Acesso em: 11 fev. 2025.

STAVINS, R.N. What Trump's expected exit from the Paris Agreement will mean. *Harvard Climate Blog*, 13 jan. 2025. Disponível em: <<https://salatainstitute.harvard.edu/what-trumps-expected-exit-from-the-paris-agreement-will-mean/>>. Acesso em: 5 mar. 2025.

TÁVORA, F.L. O segundo mandato de Trump está começando...: e agora, o que o agronegócio brasileiro pode esperar? Brasília: Senado Federal, 2025. (Texto para discussão, 336).

THAKUR-WEIGOLD, B.; MIROUDOT, S. **Promoting resilience and preparedness in supply chains**. Paris: OECD, 2024. (OECD Trade Policy Papers, n.286). DOI: <https://doi.org/10.1787/be692d01-en>.

THE DUMBEST trade war in history. *WSJ*, 31 jan. 2025. Disponível em: <https://www.wsj.com/opinion/donald-trump-tariffs-25-percent-mexico-canada-trade-economy-84476fb2?mod=hp_opin_pos_0>. Acesso em: 5 mar. 2025.

TRIVEDI, A.; KHATUN, M. Importance of BRICS as a regional politics and policies. *GeoJournal*, v.88, p.5205-5220, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10708-023-10883-w>.

UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development. **Trade and development report 2024: rethinking development in the age of discontent**. New York, 2024.

VANZETTI, D. Economic consequences of a US-initiated tariff war. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE AUSTRALASIAN AGRICULTURAL AND RESOURCE ECONOMICS SOCIETY, 69., 2025, Brisbane. [Proceedings]. Brisbane: The University of Western Australia, 2025.

WANG, L.; SHA, L.; GU, Y.; GUO, F. The U.S. – China trade war: who is more injured? *Journal of Contemporary China*, p.1-17, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1080/10670564.2025.2450015>.

WESTCOTT, I. Trump's tariffs on China reignite trade war fears: the impact on global supply chains. *New Food*, 5 fev. 2025. Disponível em: <<https://www.newfoodmagazine.com/news/248117/trumps-tariffs-on-china-reignite-trade-war-fears-the-impact-on-global-supply-chains/>>. Acesso em: 5 mar. 2025.

WITS. **World Integrated Trade Solution**. 2025. Disponível em: <<https://wits.worldbank.org/>>. Acesso em: 10 fev. 2025.

WORLD BANK. **World development report 2020: trading for development in the age of global value chains**. Washington: World Bank Group, 2020. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/publication/wdr2020>>. Acesso em: 5 mar. 2025.

WTO. World Trade Organization. **DS431: China: measures related to the exportation of rare earths, tungsten and molybdenum**. 2015. Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds431_e.htm>. Acesso em: 17 fev. 2024.

WTO. World Trade Organization. **World trade report 2023: re-globalization for a secure, inclusive and sustainable future**. Geneva, 2023. Disponível em: <https://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/wtr23_e/wtr23_e.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2025.

YORK, E.; DURANTE, A. Trump tariffs: tracking the economic impact of the Trump trade war. *Tax Foundation*, 25 mar. 2025. Disponível em: <<https://taxfoundation.org/research/all/federal/trump-tariffs-trade-war/>>. Acesso em: 16 fev. 2025.